

PLANO DE TRABALHO

Novo Título Projeto

Nro Parceria	1323 ✓		
Título Projeto	REVITALIZAÇÃO E COBERTURA DE QUADRAS POLIESPORTIVAS	Nro Processo SEI	SEI-030001/093067/2025
Concedente	SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO	Nro SIAFE-Rio	2025NE24949
Convenente	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ANGRA DOS REIS		
Programa	Educação Básica- Emenda: 2155- CÉLIA JORDÃO	Status	Em Execução
Coordenador	Acacio Souza da Silva	Gerente Executivo	Alba Rodrigues Cruz
Comissão Monitoramento		Gestor Parceria	Fernanda Queiroz de Mello Silva Vidal

Seq Programa	1391	Educação Básica- Emenda: 2155- CÉLIA JORDÃO
Concedente	SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO	

Cod Prog Governo	0443 - Educação Básica	Prog Governo Ativo?	Sim
Instrumento	Termo de Fomento	Modalidade Seleção	Dispensa
Credenciamento Prévio	Sim	Nro SEI Credenciamento Prévio	120001/001392/2025
Nro Processo SEI	030001/093067/2025		
Emenda Parlamentar Estadual	Sim		
Justificativa	Art.29 e 30 - inciso VI da Lei 13.019/2014		
Anexo Justificativa	📎		
Período Envio Planos Trabalho	25/11/2025	até	09/01/2026
Exige Contrapartida?	Não		Qtd Planos Trabalho Cadastrados 1



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Educação
Subsecretaria Executiva

CONVÊNIO 01/2026

Processo nº SEI-030001/093067/2025

CONVÊNIO 01/2026, QUE ENTRE SI CELEBRAM A SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E A FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ANGRA DOS REIS PARA A EXECUÇÃO DA EMENDA PARLAMENTAR ESTADUAL Nº 2155, DE AUTORIA DA DEPUTADA ESTADUAL CÉLIA JORDÃO

O Governo do Estado do Rio de Janeiro por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**, sob o nº 42.498.659/0001-60, com sede na Rua Joaquim Palhares, 40, Estácio, Rio de Janeiro, doravante denominada **CONCEDENTE**, neste ato representado pela Secretária de Estado de Educação, **ROBERTA BARRETO**, Id. funcional 3946874-7; e o **FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ANGRA DOS REIS**, doravante denominada **CONVENIENTE**, inscrito no CNPJ sob o nº 55.298.250/0001-41, com sede na praça Marques de Tamandaré, nº 116, Centro, Angra dos Reis, neste ato representada por seu Presidente **PAULO FORTUNATO DE ABREU**, RESOLVEM celebrar o presente **CONVÊNIO 01/2026**, conforme processo administrativo SEI-030001/093067/2025 que se regerá pelas normas das Leis Orçamentárias do presente exercício, em especial, as disposições contidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias do presente exercício; Lei Federal nº. 13.019, de 31.07.2014; Lei Complementar nº. 101, de 04.05.2000; Lei Federal nº. 4.320, de 17.03.1964; Lei Estadual nº. 287, de 12.04.1979, Lei Estadual nº. 5.981, de 03.06.2011; Decreto Estadual nº. 43.463, de 14 de fevereiro de 2012; Decreto Estadual nº. 44.879, de 15.07.2014 e Resolução CC nº. 350/2014., no que couber, e pelas demais disposições legais aplicáveis, assim como pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

- 1.1 Apoio à execução da Emenda Parlamentar Estadual nº 2155 de autoria da Deputada Estadual Célia Jordão.
- 1.2 Tem como proposta objeto **financiar parcialmente a despesa relativa para construção da quadra poliesportiva coberta Escola Municipal Tereza Pinheiro de Almeida** no bairro Japuíba/Angra dos Reis/RJ

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PLANO DE TRABALHO

- 2.1 Para o alcance do objeto pactuado, os partícipes obrigam-se a cumprir o Plano de Trabalho aprovado, que, independentemente de transcrição, é parte integrante e indissociável do presente Convênio, bem como toda documentação técnica que dele resulte, cujos dados neles contidos acatam os partícipes.
- 2.2 Os ajustes no Plano de Trabalho serão formalizados por certidão de apostilamento, exceto quando coincidirem com alguma hipótese de termo aditivo, tais como ampliação ou redução do valor global, prorrogação da vigência ou alteração da destinação dos bens remanescentes, caso em que deverão ser formalizados por aditamento ao Convênio, sendo vedada a alteração do objeto da parceria.
- 2.3 O Plano de Trabalho deverá apresentar os requisitos essenciais mínimos, conforme previstos no art. 22 da Lei nº 13.204, de 2015:

a) Deverá constar do plano de trabalho de parcerias celebradas mediante Convênio:

I - descrição da realidade que será objeto da parceria, devendo ser demonstrado o nexo entre essa realidade e as atividades ou projetos e metas a serem atingidas;

II - descrição de metas a serem atingidas e de atividades ou projetos a serem executados;

III - previsão de receitas e de despesas a serem realizadas na execução das atividades ou dos projetos abrangidos pela parceria;

IV - forma de execução das atividades ou dos projetos e de cumprimento das metas a eles atreladas;

V - definição dos parâmetros a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas.

CLÁUSULA TERCEIRA – REQUISITOS PARA CELEBRAÇÃO DO CONVÊNIO

3.1 Para a celebração do Convênio, o Fundo Municipal de Educação de Angra dos Reis deverá atender aos seguintes requisitos:

a) ter objetivos estatutários ou regimentais voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social, bem como compatíveis com o objeto do instrumento a ser pactuado (art. 33, caput, inciso I, e art. 35, caput, inciso III, da Lei nº 13.019, de 2014);

b) ser regida por normas de organização interna que prevejam expressamente que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos da Lei nº 13.019, de 2014, e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta (art. 33, caput, inciso III, Lei nº 13.019, de 2014);

c) ser regida por normas de organização interna que prevejam, expressamente, escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade (art. 33, caput, inciso IV, Lei nº 13.019, de 2014);

d) possuir, no momento da apresentação do plano de trabalho, no mínimo 2 (dois) anos de existência, com cadastro ativo, comprovados por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ (art. 33, caput, inciso V, alínea “a”, da Lei nº 13.019, de 2014);

e) possuir experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante, pelo prazo mínimo de 1 (um) ano, a ser comprovada no momento da apresentação do plano de trabalho. (art. 33, caput, inciso V, alínea “b”, da Lei nº 13.019, de 2014);

f) possuir instalações e outras condições materiais para o desenvolvimento do objeto da parceria e o cumprimento das metas estabelecidas ou, alternativamente, prever a sua contratação ou aquisição com recursos da parceria, a ser atestado mediante declaração do representante legal da conveniente, conforme Anexo II – Declaração sobre Instalações e Condições Materiais. Não será necessária a demonstração de capacidade prévia instalada, sendo admitida a aquisição de bens e equipamentos ou a realização de serviços de adequação de espaço físico para o cumprimento do objeto da parceria (art. 33, caput, inciso V, alínea “c” e §5º, da Lei nº 13.019, de 2014);

g) deter capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento do objeto da parceria e o cumprimento das metas estabelecidas. Não será necessária a demonstração de capacidade prévia instalada, sendo admitida a contratação de profissionais, a aquisição de bens e equipamentos ou a realização de serviços de adequação de espaço físico para o cumprimento do objeto da parceria (art. 33, caput, inciso V, alínea “c” e §5º, da Lei nº 13.019, de 2014);

h) apresentar certidões de regularidade fiscal, previdenciária, tributária, de contribuições, de dívida ativa e trabalhista (art. 34, caput, inciso II, da Lei nº 13.019, de 2014);

i) apresentar certidão de existência jurídica expedida pelo cartório de registro civil ou cópia do estatuto registrado e eventuais alterações ou, tratando-se de sociedade cooperativa, certidão simplificada emitida por junta comercial (art. 34, caput, inciso III, da Lei nº 13.019, de 2014);

j) apresentar cópia da ata de eleição do quadro dirigente atual, bem como relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade, conforme estatuto, com endereço, telefone, endereço de correio eletrônico, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF de cada um deles, conforme Anexo III, e Relação dos Dirigentes da Entidade (art. 34, caput, incisos V e VI, da Lei nº 13.019, de 2014);

k) comprovar que funciona no endereço declarado pela entidade, por meio de cópia de documento hábil, a exemplo de conta de consumo ou contrato de locação (art. 34, caput, inciso VII, da Lei nº 13.019, de 2014).

CLÁUSULA QUARTA – DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO

4.1 O prazo de vigência da parceria será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de publicação do seu extrato no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O prazo de execução do objeto será de 12 (doze) contados a partir da data de vigência.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Estão compreendidos na vigência da parceria os prazos previstos para a execução do objeto em função das metas estabelecidas no Plano de Trabalho.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A execução das etapas/fases deverá observar fielmente os prazos previstos no Cronograma de Execução Física, o qual deverá guardar correspondência com o Cronograma de Desembolso.

PARÁGRAFO QUARTO: Serão admitidas prorrogações do Convênio, nas seguintes hipóteses:

- a) De ofício, quando a Secretaria de Estado de Educação der causa ao atraso na liberação dos recursos, limitada à prorrogação ao exato período do atraso verificado;
- b) Para assegurar o integral cumprimento do objeto; e
- c) Para renovação, por igual ou menor período.

PARÁGRAFO QUINTO: A prorrogação, para assegurar o integral cumprimento do objeto, deverá atender cumulativamente as seguintes condições:

- a) Pedido do Fundo Municipal de Educação de Angra dos Reis, acompanhado de justificativa devidamente circunstanciada, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias antes do término da vigência do Convênio original;
- b) Ocorrer à celebração do aditivo dentro do prazo da vigência do Convênio original; e
- c) Demonstração de atendimento das metas pactuadas no instrumento original e, especialmente, nos termos e condições previstas em instruções complementares da Secretaria de Estado da Casa Civil.

PARÁGRAFO SEXTO: A prorrogação, para renovação, por igual ou menor período, deverá atender cumulativamente as seguintes condições:

- a) Solicitação da organização da sociedade civil – conveniente, devidamente formalizada e justificada, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias antes do término da vigência do Convênio original;
- b) Ocorrer a celebração do aditivo dentro do prazo da vigência do Convênio original;
- c) Demonstração de atendimento das metas pactuadas no instrumento original e, especialmente, nos termos e condições previstas em instruções complementares da Secretaria de Estado da Casa Civil;
- d) Apresentação do Plano de Trabalho atualizado, com planilha detalhada de custos relativos às despesas, acompanhada de justificativa dos preços obtidos, através de pesquisa de mercado, junto a, no mínimo, três fornecedores, conforme art. 7º, §1º, V, do Decreto est. nº 44.879/14.

PARÁGRAFO SÉTIMO: O prazo do Convênio poderá também ser aditado, uma única vez, para ampliação das metas fixadas no plano de trabalho, no caso de saldo financeiro remanescente de recursos.

PARÁGRAFO OITAVO: As alterações dos prazos de vigência e de execução deverão ser pactuadas mediante a celebração de termo aditivo, cabendo, neste caso, a adequação do Plano de Trabalho.

CLÁUSULA QUINTA: OBRIGAÇÕES DA CONCEDENTE

5.1 O presente Convênio deverá ser executado fielmente pelas Partes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas aplicáveis, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução ou execução parcial, sendo vedado à conveniente utilizar recursos para finalidade alheia ao objeto da parceria.

Subcláusula Primeira. Além das obrigações constantes na legislação que rege o presente instrumento e dos demais compromissos assumidos neste instrumento, cabe à Administração Pública cumprir as seguintes atribuições, responsabilidades e obrigações:

- I** – realizar os repasses financeiros correspondentes à execução do objeto deste Convênio à conveniente em tempo hábil, e, previamente à realização de despesas, na forma prevista pelo Cronograma de Desembolso, constante do Plano de Trabalho e em conformidade com as leis orçamentárias;
- II** – avaliar o cumprimento dos objetivos e metas definidos no Plano de Trabalho;
- III** – aprovar, excepcionalmente, a alteração da programação de execução deste Convênio, mediante proposta da conveniente, fundamentada em razões concretas que a justifique;
- IV** – monitorar, supervisionar, avaliar e fiscalizar todos os serviços objeto deste Convênio, realizando vistorias, sempre que julgar conveniente, com vistas ao fiel cumprimento do ajuste;

V – fornecer à convenente as normas e instruções para Prestação de Contas dos recursos do Convênio;

VI – analisar a Execução Físico-Financeira e a Prestação de Contas do Convênio;

VII – prorrogar a vigência do Convênio, quando houver atraso na liberação dos recursos, limitada à prorrogação ao exato período do atraso verificado, formalizando-se as necessárias adaptações ao plano de trabalho, mediante termo aditivo;

VIII - designar o gestor da parceria, que ficará responsável pelas obrigações previstas no art. 61 da Lei nº 13.019, de 2014, e pelas demais atribuições constantes na legislação regente;

IX - publicar, no Diário Oficial da União, extrato do Convênio;

X - divulgar informações referentes à parceria celebrada em dados abertos e acessíveis manter, no seu sítio eletrônico oficial e no CONVERJ.

PARÁGRAFO ÚNICO: a CONCEDENTE detém, exclusivamente, a autoridade normativa sobre este Convênio, cabendo-lhe exercer poderes de controle e fiscalização sobre a sua execução, nos termos da Lei Federal nº. 13.019/2014.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENENTE

6.1 Constituem obrigações da CONVENENTE:

I– executar o objeto definido na cláusula primeira, de acordo com o Plano de Trabalho apresentado e aprovado, assim como aplicar os recursos financeiros visando, exclusivamente, ao seu cumprimento e o atingimento dos objetivos e metas definidos no Plano de Trabalho, com a estrita observância da legislação vigente;

II – utilizar recursos próprios para concluir o objeto do Convênio quando os recursos repassados forem insuficientes para o cumprimento integral do objeto, com o pagamento de toda e qualquer despesa excedente ao repasse a cargo da convenente, sob pena de ressarcimento do prejuízo causado aos cofres públicos;

III – manter atualizadas todas as informações referentes à execução do Convênio no CONVERJ para permitir que sejam gerados relatórios de Execução Físico- Financeira ao término de cada período/etapa, conforme previsto em cronograma;

IV– apresentar a Prestação de Contas do Convênio, nos prazos fixados na Lei Federal nº. 13.019/2014 e regulamentos expedidos pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro durante a vigência do referido instrumento;

V – manter atualizada a escrituração contábil específica dos atos e fatos relativos à execução deste Convênio, para fins de fiscalização, de acompanhamento e de avaliação dos resultados obtidos;

VI - assegurar e destacar, obrigatoriamente, a participação do Governo Estadual e, bem assim, da concedente, em toda e qualquer ação promocional relacionada com a execução do objeto descrito na cláusula primeira e, obedecido o modelo-padrão estabelecido pela concedente, para por a marca do Governo Estadual nas placas, painéis e outdoors de identificação dos serviços custeados, no todo ou em parte, com os recursos deste Convênio;

VII – relacionar-se de maneira cooperativa com a Secretaria de Estado de Educação, apresentando aos órgãos de controle setoriais e central, como o Órgão Central de Gerenciamento de Convênios, vinculado à Secretaria de Estado da Casa Civil, no término do CONVÊNIO ou a qualquer momento, conforme recomende o interesse público, Relatórios Complementares pertinentes à execução da PARCERIA, contendo comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados, demonstrando, ainda, os indicadores de desempenho de qualidade, produtividade e social;

VIII - apresentar no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da celebração deste Convênio, regulamento para a contratação de serviços, devendo em toda contratação com terceiros observar os princípios da impessoalidade, moralidade e economicidade, sendo necessária, ainda, a realização de cotação prévia de preços no mercado antes da celebração do Convênio;

IX - restituir a concedente ou ao Tesouro Estadual, conforme o caso, eventual saldo de recursos, no prazo estabelecido para a apresentação da Prestação de Contas;

X - restituir a concedente, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias da data da correspondente notificação, o(s) valor(es) transferido(s), atualizado(s) monetariamente pelo IGP-DI, ou qualquer outro índice que venha a substituí-lo, e acrescido de juros legais, na forma da legislação aplicável aos débitos para com a Fazenda Pública, desde a data do recebimento, na forma da legislação em vigor, nos seguintes casos:

a) inexecução do objeto do Convênio;

b) não apresentação, no prazo exigido e de acordo com as normas vigentes, a Prestação de Contas; e

c) quando forem utilizados recursos sem a observância da finalidade estabelecida no Convênio.

XI – conferir livre acesso de servidores dos órgãos ou entidades concedentes e do controle interno estadual do Poder Executivo estadual, bem como do Tribunal de Contas do Estado, a qualquer tempo e lugar, a todos os atos e fatos relacionados direta ou indiretamente com o instrumento pactuado, quando em missão de fiscalização ou auditoria;

XII – movimentar os recursos em conta bancária específica;

XIII – divulgar, em seu sítio na rede mundial de computadores (internet), os demonstrativos das transferências realizadas pelo Governo do Estado com a respectiva Prestação de Contas;

XIV – divulgar, em seu sítio na rede mundial de computadores (internet), ou, na falta deste, em sua sede, consulta ao extrato do Convênio ou instrumento congênere, contendo, pelo menos o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos, inclusive sua Prestação de Contas, contendo comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados, demonstrando, ainda, os indicadores de desempenho de qualidade, produtividade e social;

XV – arcar com todas as obrigações civis, tributárias, comerciais, previdenciárias e assistenciais (direta, solidária e/ou subsidiariamente) decorrentes, direta ou indiretamente, de atos e obrigações das atividades assumidas em razão do Convênio;

XVI – adotar todas as medidas necessárias à correta execução deste Convênio;

XVII – Atender o disposto na Lei Estadual nº. 5.981, de 03.06.2011, que disciplina o dever da transparência por parte de entidades privadas de utilidade pública ou não que recebam recursos públicos a título de subvenções e auxílios ou parcerias com governo deste Estado;

XVIII – A convenente deverá divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com a administração pública, nos termos do art. 11 da Lei Federal nº. 13.019/14;

XIX – Caso a convenente adquira equipamentos e materiais permanentes com recursos provenientes da celebração da presente parceria, segundo o Plano de Trabalho, ela deverá gravar o bem adquirido com *cláusula de inalienabilidade* e deverá formalizar, oportunamente, a promessa de transferência da propriedade dos bens e materiais permanentes em favor da administração pública, na hipótese de sua extinção, nos termos do § 5º do art. 35 da Lei Federal nº. 13.019/14;

XX -Publicar, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, extrato do Convênio.

Subcláusula Primeira. A convenente tem a responsabilidade de cumprir não só as obrigações previstas na legislação que se aplica ao presente instrumento, mas também os demais compromissos estipulados neste documento. Além disso, a convenente deve assumir e cumprir as seguintes atribuições, responsabilidades e obrigações:

I. executar fielmente o objeto pactuado, de acordo com as cláusulas deste termo, a legislação pertinente e o plano de trabalho aprovado pela Secretaria de Estado de Educação, adotando todas as medidas necessárias à correta execução deste Convênio, observado o disposto na Lei nº 13.019, de 2014;

II. zelar pela boa qualidade das ações e serviços prestados, buscando alcançar eficiência, eficácia, efetividade social e qualidade em suas atividades;

III. não utilizar os recursos recebidos nas despesas vedadas pelo art. 45 da Lei nº 13.019, de 2014;

IV. apresentar Relatório de Execução do Objeto de acordo com o estabelecido nos art. 63 a 72 da Lei nº 13.019/2014;

V. executar o plano de trabalho aprovado, bem como aplicar os recursos públicos e gerir os bens públicos com observância aos princípios da legalidade, da legitimidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da economicidade, da eficiência e da eficácia;

VI. prestar contas à Secretaria de Estado de Educação, ao término de cada exercício e no encerramento da vigência do Convênio, nos termos do capítuloIV da Lei nº 13.019, de 2014;

VII. remunerar a equipe dimensionada no programa de trabalho de forma compatível com o valor de mercado da região onde atua, como também observar, em seu valor bruto e individual, 70% (setenta por cento) do limite estabelecido para a remuneração de servidores do Poder Executivo Estadual e que sejam proporcionais ao tempo de trabalho efetivamente dedicado à parceria.

PARÁGRAFO ÚNICO: A concedente reserva o direito de solicitar a convenente, a qualquer tempo, prestação de contas dos repasses financeiros correspondentes à execução deste Convênio.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS FINANCEIROS, DA CONTRAPARTIDA E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

7.1 A presente parceria está orçada em **R\$ 1.159.802,00** (um milhão, cento e cinquenta e nove mil oitocentos e dois reais) em parcela única.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As despesas decorrentes das transferências financeiras realizadas pela CONCEDENTE correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de 2025, assim classificados:

Programa de Trabalho:1810.12.122.0443.1546

Natureza de Despesa: 3390

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os créditos e empenhos a serem transferidos serão registrados, oportunamente, por termo aditivo ou apostilamento, podendo a celebração do primeiro ser dispensada havendo a comprovação de que a despesa que ultrapassar o exercício financeiro encontra-se prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias e no Plano Plurianual.

7.2 Não haverá repasses de recursos financeiros a título de contrapartida pela CONVENENTE.

CLÁUSULA OITAVA - DOS REPASSES FINANCEIROS DOS RECURSOS

8.1 Os recursos recebidos em decorrência da parceria serão depositados em conta corrente específica.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os rendimentos de ativos financeiros serão aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

PARÁGRAFO SEGUNDO: É vedado o saque de valores, a realização de despesas ou qualquer aplicação que não se refiram ao estrito cumprimento do objeto do Convênio, caracterizando o desvio de finalidade.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A realização dos repasses financeiros e os procedimentos para a realização das despesas somente poderão ter início após a assinatura do presente instrumento e a publicação de seu extrato no Diário Oficial do Estado.

PARÁGRAFO QUARTO: Serão glosadas pela concedente as despesas realizadas em data anterior ou posterior à vigência do Convênio, salvo quando o fato gerador tenha ocorrido durante a vigência do instrumento, mediante autorização do órgão concedente.

PARÁGRAFO QUINTO: Os repasses financeiros serão retidos até o saneamento das seguintes eventuais irregularidades:

I - não comprovação da boa e regular aplicação da parcela anteriormente recebida na forma da legislação aplicável e do respectivo instrumento de Convênio;

II - verificação de desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programadas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da Secretaria de Estado de Educação, nas contratações e demais atos praticados na execução do Convênio, ou inadimplemento da convenente com relação às outras cláusulas básicas deste termo;

III - quando a convenente deixar de adotar as medidas saneadoras apontadas pela concedente;

IV - descumprimento pela convenente de quaisquer cláusulas ou condições estabelecidas neste Convênio;

V - não comprovação, pela convenente, de depósito da parcela correspondente de sua contrapartida, se houver, de acordo com o Cronograma de Desembolso.

PARÁGRAFO SEXTO: Ocorrendo irregularidades na aplicação dos recursos decorrentes dos repasses financeiros, a concedente notificará de imediato, a convenente, a fim de proceder ao saneamento requerido e/ou cumprir a obrigação, observado o prazo máximo de 30 (trinta) dias, se outro menor não for estipulado, sob pena de rescisão do Convênio e instauração de Tomada de Contas, na forma da cláusula décima quinta.

PARÁGRAFO SÉTIMO: As receitas financeiras auferidas na forma do parágrafo anterior serão obrigatoriamente computadas a crédito do Convênio e aplicadas, com a prévia autorização da concedente, exclusivamente no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará a Prestação de Contas do ajuste.

PARÁGRAFO OITAVO: Os saldos financeiros remanescentes, serão devolvidos a concedente, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias da extinção do Convênio, seja pela sua conclusão, denúncia ou rescisão, sob pena de imediata instauração de tomada de contas do responsável.

CLÁUSULA NONA: DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONVÊNIO

9.1 O CONVÊNIO deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas acordadas e a legislação em vigor, sem prejuízo do atendimento das normas editadas pela Secretaria de Estado da Casa Civil, pelos órgãos de controle interno e externo, respondendo cada um pela responsabilidade assumida.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As atividades de monitoramento, acompanhamento e fiscalização da execução das atividades decorrentes do Convênio deverão ser realizadas até a data de conclusão do seu objeto ou da sua extinção, pelos órgãos/agentes competentes, que executarão suas respectivas atribuições em regime de Convênio entre si.

PARÁGRAFO SEGUNDO: As atividades de monitoramento, acompanhamento e fiscalização da execução das atividades decorrentes do Convênio serão realizadas de forma permanente e abrangerão os aspectos de gestão que impactem o alcance das metas previstas no Plano de Trabalho.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Caberá à conveniente garantir aos órgãos de controle interno e externo o acesso a todos os documentos e informações relativos ao desenvolvimento das atividades de monitoramento, acompanhamento e fiscalização.

PARÁGRAFO QUARTO: A Secretaria de Estado de Educação promoverá o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria.

PARÁGRAFO QUINTO: Para a implementação do disposto no parágrafo quarto, a Secretaria de Estado de Educação poderá valer-se do apoio técnico de terceiros, delegar competência ou firmar parcerias com órgãos ou entidades que se situem próximos ao local de aplicação dos recursos.

PARÁGRAFO SEXTO: A Secretaria de Estado de Educação emitirá relatório técnico de monitoramento e avaliação de parceria e o submeterá à comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil.

PARÁGRAFO SÉTIMO: O relatório técnico, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:

I - descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

II - análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

III - valores efetivamente transferidos pela administração pública;

IV - análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo Convênio.

V - análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

PARÁGRAFO OITAVO: A Comissão de Monitoramento e Avaliação consiste em órgão colegiado destinado a monitorar e avaliar as parcerias celebradas com organizações da sociedade civil.

PARÁGRAFO NONO: A forma de monitoramento e avaliação ocorrerá através da execução das atividades da Comissão de Monitoramento e Avaliação, bem como por meio do Sistema de Convênios do Estado do Rio de Janeiro – CONVERJ, desde a habilitação da Entidade Parceira até o encerramento da prestação de contas final.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO MONITORAMENTO DA PARCERIA – SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL

10.1 A execução deste Convênio será monitorada pela SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL, que verificará sua fidelidade ao escopo do ajuste, ao cumprimento do Cronograma de Desembolso, do Cronograma de Execução Física, ao alcance das metas, à execução orçamentária, assim como à Prestação de Contas junto a concedente.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Caso seja constatado algum desvio na execução do Convênio, a SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL emitirá relatório a concedente, que deliberará sobre a continuidade ou não do Convênio e proporá as medidas

administrativas cabíveis.

PARÁGRAFO SEGUNDO: No exercício da função de monitoramento da execução do Convênio, na forma do *caput* desta cláusula, a SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL poderá determinar a **CONCEDENTE**, fixando prazo, se necessário, a adoção das providências de fiscalização que entender necessárias à verificação da fidelidade da execução do Convênio, tais como:

- I - realização de diligências em campo;
- II - vistoria de locais de execução;
- III - prestação de esclarecimentos, por qualquer meio;
- IV - outras medidas de fiscalização.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DO ACOMPANHAMENTO DO CONVÊNIO

11.1 A atividade de acompanhamento do Convênio será realizada pela COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO da concedente, nomeada por ato da Autoridade Competente, publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, a quem cabe as seguintes atribuições:

- I - acompanhar para que o setor responsável mantenha atualizada no CONVERJ a inclusão dos programas de governo a que se refere este Convênio, bem como os seus programas de trabalho e respectivas as regras;
- II - acompanhar a fase de execução do Convênio, ratificando ou não a adequação da realização do repasse de recursos de cada parcela, adotando ações para que sua a execução física e financeira corresponda ao previsto no Plano de Trabalho;
- III - manter atualizados todos os sistemas pertinentes ao Convênio, ou colaborar para sua atualização, no que se refere aos lançamentos pertinentes ao seu cadastramento, execução e encerramento;
- IV - verificar, emitir relatório e acompanhar a fase de prestação de contas e sua respectiva aprovação pelo ordenador de despesas da concedente;
- V - atuar como interlocutor da concedente perante os demais órgãos do Estado envolvidos com o acompanhamento e com a execução do Convênio; e
- VI - exercer outras atividades correlatas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DO ACOMPANHAMENTO DA PARCERIA – COORDENADOR GERAL DE CONVÊNIOS

12.1 A atividade de acompanhamento do Convênio será realizada pelo coordenador geral de convênios da Secretaria de Estado de Educação, nomeado por ato da Autoridade Competente, publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, a quem cabe as seguintes atribuições:

- I** – acompanhar para que o setor responsável mantenha atualizada no CONVERJ a inclusão dos programas de governo a que se refere este Convênio, bem como os seus programas de trabalho e respectivas as regras;
- II** – acompanhar a fase de execução do Convênio, ratificando ou não a adequação da realização do repasse de recursos de cada parcela, adotando ações para que sua a execução física e financeira corresponda ao previsto no Plano de Trabalho;
- III** – manter atualizados todos os sistemas pertinentes ao Convênio, ou colaborar para sua atualização, no que se refere aos lançamentos pertinentes ao seu cadastramento, execução e encerramento;
- IV** – verificar, emitir relatório e acompanhar a fase de prestação de contas e sua respectiva aprovação pelo ordenador de despesas da concedente;
- V** – atuar como interlocutor da Secretaria de Estado de Educação perante os demais órgãos do Estado envolvidos com o acompanhamento e com a execução do Convênio; e
- VI** – exercer outras atividades correlatas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA FISCALIZAÇÃO DA PARCERIA – GERENTE EXECUTIVO

13.1 A atividade de fiscalização do Convênio será realizada pelo gerente executivo, nomeado por ato da Autoridade Competente, publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, a quem cabe as seguintes atribuições:

- I** – fiscalizar e gerenciar a fase de execução do Convênio, responsabilizando-se pelas ações para que a sua execução física e financeira ocorra conforme metas, prazos e recursos previstos no plano de trabalho aprovado pela Secretaria de Estado de Educação,

sendo sua atribuição à prévia manifestação técnica acerca da possibilidade da transferência dos recursos financeiros relativos a cada parcela, de acordo com o Cronograma de Desembolso, o Cronograma de Execução Física e o cumprimento do objeto;

II – adotar todas as medidas necessárias para a fiel execução do Convênio, bem como alertar seus superiores e o coordenador geral de convênios do órgão em tempo hábil para as devidas providências, se necessário;

III – gerenciar a fase de Prestação de Contas e elaborar parecer técnico quanto à execução física e financeira, respeitando o prazo e normas definidos pela legislação vigente;

IV – responder, sempre que necessário, às diligências exigidas pela Secretaria de Estado de Educação, pelos órgãos de controle interno e externo e pelo coordenador geral de convênios;

V – manter atualizados todos os sistemas pertinentes ao Convênio ou colaborar para sua atualização, quanto aos lançamentos pertinentes ao seu cadastramento, execução e encerramento; e

VI – exercer outras atividades correlatas ao acompanhamento da execução do Convênio.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO GESTOR DA PARCERIA

14.1 São obrigações do gestor da parceria:

I – acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;

II – informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;

III – emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, com base no relatório técnico de monitoramento e avaliação de que trata o art. 59 da Lei nº 13.019, de 2014;

IV – disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DOS RELATÓRIOS DE EXECUÇÃO FÍSICO-FINANCEIRA DO CONVÊNIO

15.1 Como instrumento de monitoramento, acompanhamento e fiscalização de cada período/etapa do Convênio a conveniente deverá manter atualizadas no CONVERJ todas as informações referentes a sua execução, a fim de que o concedente ou os órgãos de auditoria do Poder Executivo possam ao seu término ou a qualquer momento extrair os relatórios pertinentes a sua execução, para a comprovação da adequação da execução físico-financeira.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A Execução Físico-Financeira do Convênio será objeto de exames conclusivos e circunstanciados pela COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO que verificará se houve o cumprimento das metas, assim como apreciação de todos os elementos informados pela conveniente.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A aprovação do Relatório de Execução Físico-Financeira do Convênio é condição prévia para a realização de qualquer transferência financeira a cargo da concedente.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A concedente reserva o direito de solicitar a conveniente, a qualquer tempo, prestação de contas dos repasses financeiros correspondentes à execução desde Convênio.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

16.1 A conveniente deverá apresentar a Secretaria de Estado de Educação, a Prestação de Contas da aplicação dos recursos decorrentes de repasses financeiros, na forma das normas complementares da Secretaria de Estado da Casa Civil e dos órgãos de controle interno da Administração Pública Estadual, em até 60 (sessenta) dias após o término da vigência do Convênio, conforme previsto no art. 69, *caput* da Lei Federal nº. 13.019/14.

16.2 Para prestação de contas final, a CBV deverá apresentar Relatório Final de Execução do Objeto, no CONVERJ, no prazo de 60 (sessenta) dias a partir do término da vigência da parceria. Tal prazo poderá ser prorrogado por até 30 (trinta) dias, mediante justificativa e solicitação prévia da conveniente.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A Prestação de Contas deverá ser instruída com os documentos exigidos na forma da norma interna da Auditoria Geral do Estado.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Além dos documentos exigidos pela norma interna referida no parágrafo anterior, outros poderão ser solicitados para a demonstração da aplicação dos recursos decorrentes dos repasses financeiros.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A convenente deverá manter arquivados os documentos originais comprobatórios da execução da parceria pelo prazo de 10 (dez) anos, nos termos do parágrafo único, do art. 68, da Lei Federal nº. 13.019/14.

PARÁGRAFO QUARTO : O Gerente Executivo do Convênio deverá registrar o recebimento da Prestação de Contas no CONVERJ.

PARÁGRAFO QUINTO: A Prestação de Contas será analisada e avaliada pelo Gerente Executivo do Convênio, que emitirá parecer técnico quanto à execução física e financeira do Convênio, sendo posteriormente verificada pelo Coordenador Geral de Convênios, a quem caberá acompanhar a fase de prestação de contas, emitir relatório e acompanhar a sua aprovação, se for o caso, pelo Ordenador de Despesas.

PARÁGRAFO SEXTO: Caso alguma irregularidade seja constatada, a convenente deverá ser notificada para apresentação dos esclarecimentos necessários, no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

PARÁGRAFO SÉTIMO: Findo o prazo máximo de 30 (trinta) dias para saneamento das irregularidades mencionadas no parágrafo anterior, sendo exauridas todas as providências necessárias para a regularização da pendência apontada ou reparação do dano, a Prestação de Contas não será aprovada e a Secretaria de Estado de Educação notificará a convenente para apresentação da defesa para a rescisão do Convênio, adotará as medidas para a instauração da Tomada de Contas, dando ciência aos órgãos de controle interno.

PARÁGRAFO OITAVO: A Prestação de Contas deverá ser analisada no prazo máximo de até 150 (cento e cinquenta) dias, prorrogável justificadamente por igual período, conforme previsto no art. 71, *caput*, da Lei Federal nº. 13.019/2014, havendo manifestação conclusiva pela autoridade superior:

- I** – aprovando a Prestação de Contas;
- II** – aprovando a Prestação de Contas, com ressalvas, quando evidenciada a impropriedade ou falta de natureza formal que não resulte dano ao erário; ou
- III** – rejeitando a Prestação de Contas e determinando a imediata instauração da Tomada de Contas.

PARÁGRAFO NONO: A convenente será informada da manifestação conclusiva da autoridade competente acerca da Prestação de Contas.

O Relatório Final de Execução do Objeto conterà:

- I** - a demonstração do alcance das metas referentes ao período de toda a vigência da parceria, com comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;
- II**- a descrição das ações (atividades e/ou projetos) desenvolvidas para o cumprimento do objeto;
- III**- os documentos de comprovação do cumprimento do objeto, como listas de presença, fotos, vídeos, entre outros;
- IV**- os documentos de comprovação do cumprimento da contrapartida em bens e serviços, quando houver;
- V**- justificativa, quando for o caso, pelo não cumprimento do alcance das metas;
- VI**- o comprovante de devolução de eventual saldo financeiro remanescente; e

Subcláusula Terceira. O Relatório Final de Execução do Objeto deverá, ainda, fornecer elementos para avaliação:

- I** - dos resultados alcançados e seus benefícios;
- II** - dos impactos econômicos ou sociais das ações desenvolvidas;
- III** - do grau de satisfação do público-alvo, que poderá ser indicado por meio de pesquisa de satisfação, declaração de entidade pública ou privada local e declaração do conselho de política pública setorial, entre outros; e

IV - da possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto.

PARÁGRAFO DÉCIMO: Aprovada a Prestação de Contas, o ordenador de despesas da concedente deverá solicitar ao órgão de contabilidade ou outro departamento competente a que estiver vinculada que efetue o devido registro da aprovação da Prestação de Contas nos sistemas do Estado, fazendo constar do processo declaração expressa de que os recursos transferidos tiveram boa e regular aplicação.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: Caso a Prestação de Contas não seja encaminhada no prazo estabelecido no caput deste artigo, a concedente fixará o prazo máximo de 30 (trinta) dias para sua apresentação ou para o recolhimento dos recursos, atualizados monetariamente e acrescidos de juros de mora, na forma da lei.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: Se ao término do prazo a convenente não apresentar a Prestação de Contas, nem devolver os recursos, a concedente registrará inadimplência no CONVERJ por omissão do dever de prestar contas e comunicará o fato ao órgão de contabilidade analítica a que estiver vinculada, para fins de instauração de tomada de contas e adoção de outras medidas para reparação do dano ao erário, sob pena de responsabilização solidária dos agentes públicos.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO: Quando a impossibilidade de prestar contas decorrer de ação ou omissão do antecessor, o novo representante legal da convenente solicitará a concedente a instauração de tomada de contas.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DA TOMADA DE CONTAS

17.1 Será instaurada a Tomada de Contas nos seguintes casos:

I – não for apresentada a prestação de contas do prazo de até 90 (noventa) dias e o CONVENENTE se manter inerte mesmo após a fixação, pela concedente, do prazo máximo de 30 (trinta) dias para a sua apresentação ou recolhimento dos recursos.

II – não for aprovada a prestação de contas, apesar de eventuais justificativas apresentadas pelo convenente, em decorrência de:

- a) não execução total do objeto pactuado;
- b) atingimento parcial dos objetivos avençados;
- c) desvio de finalidade;
- d) impugnação de despesas.

III - ocorrer qualquer outro fato do qual resulte prejuízo ao erário.

PARÁGRAFO ÚNICO: A instauração da tomada de contas será precedida de providências saneadoras por parte da concedente e as justificativas e as alegações de defesa julgadas necessárias pelo notificado, nos casos em que a prestação de contas não tenha sido aprovada.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DA RESPONSABILIDADE DA CONVENENTE

18.1 A convenente é responsável por arcar:

I – com os prejuízos que, em decorrência de ação dolosa ou culposa de seus agentes, vier a causar a terceiros ou a bens, móveis ou imóveis, ficando nesses termos obrigado a repará-los ou indenizá-los;

II – de forma integral, pela contratação e pagamento do pessoal necessário à execução das atividades decorrentes do Convênio, sendo o único responsável pelo pagamento dos encargos sociais e trabalhistas decorrentes, respondendo em juízo ou fora deste, de forma integral e exclusiva, isentando a administração pública de quaisquer obrigações presentes e futuras;

III – com os encargos previdenciários, fiscais, comerciais e trabalhistas, incluindo os decorrentes de acordo, dissídios e convenções coletivas oriundos da execução do Convênio, ficando a Secretaria de Estado de Educação isento de qualquer responsabilidade direta, solidária e/ou subsidiária; e

IV – com qualquer despesa, tributos, tarifas, custas, emolumentos ou contribuições federais, estaduais ou municipais, que decorram direta ou indiretamente da execução do Convênio.

PARÁGRAFO ÚNICO: A inadimplência da convenente em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Secretaria de Estado de Educação a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do Convênio.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DA ALTERAÇÃO DO CONVÊNIO

19.1 O CONVÊNIO poderá ser alterado, com a devida justificativa, mediante termo aditivo, inclusive quando se referir a ajuste no Plano de Trabalho.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: É vedado o aditamento do Convênio com o intuito de alterar o seu objeto, entendido como tal a modificação, ainda que parcial, da finalidade definida na proposta e respectivo Plano de Trabalho.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Na hipótese de necessidade de adequação do objeto deverá ser apresentada justificativa, sendo o Convênio denunciado ou resilido, e outro será formalizado, com observância das normas expedidas pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Tratando-se apenas de alteração da execução do Convênio, como prazo de vigência, dos cronogramas e do plano de aplicação, poderá ser admitida, excepcionalmente, a propositura da reformulação do plano de trabalho pela convenente, que será previamente apreciado pelos setores técnicos e jurídico, e, ainda, submetida à aprovação do titular da concedente.

PARÁGRAFO QUARTO: O Convênio poderá ser aditado se após a conclusão do objeto for apurado eventual saldo financeiro residual, que poderá ser aplicado na ampliação da meta física estipulada no Plano de Trabalho.

PARÁGRAFO QUINTO: Na hipótese do parágrafo anterior, será observada a tramitação do plano de trabalho por meio do CONVERJ, vedada a adição de recursos financeiros novos, seja por parte da convenente ou de quaisquer outros Partícipes, considerando-se:

I – o montante dos recursos repassados pela Secretaria de Estado de Educação;

II – os recursos de contrapartida pactuados pelo CONVENENTE.

CLÁUSULA VIGÉSIMA: DOS BENS REMANESCENTES

20.1 Os bens adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com recursos deste Convênio, após a sua conclusão ou extinção, deverão ser destinados a concedente, salvo disposição expressa em contrário, quando necessários para assegurar a continuidade do programa governamental, devendo ser observados o processo formal e a legislação em vigor.

CLÁUSULA VÍGESIMA PRIMEIRA: DAS VEDAÇÕES

21.1 O Convênio deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas pactuadas e a legislação pertinente, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução ou execução parcial, sendo vedado:

I – utilizar os recursos com finalidade diversa da estabelecida no Plano de Trabalho, ainda que em caráter de emergência;

II – realizar despesas a título de taxa ou comissão de administração, de gerência ou similar, consoante Decreto nº. 45.040, de 17 de novembro de 2014;

III – realizar pagamento de gratificação, consultoria, assistência técnica ou qualquer espécie de remuneração adicional a servidor que pertença aos quadros da entidade convenente e de órgãos ou de entidades das Administrações Públicas Federal, Estaduais, Municipais ou do Distrito Federal;

IV – realizar despesas em data anterior à vigência do Convênio quando então serão glosadas pela administração pública;

V – realizar despesas em data posterior à vigência do Convênio, salvo quando o fato gerador tenha ocorrido durante a vigência do instrumento, mediante autorização do órgão administração pública;

VI - realizar despesas com taxas bancárias, multas, juros ou atualização monetária, inclusive referentes a pagamentos ou recolhimentos efetuados fora dos prazos, ressalvadas as hipóteses constantes de legislação específica;

VII - realizar despesas com publicidade, salvo as que atendam cumulativamente às seguintes exigências:

a) sejam de caráter educativo, informativo ou de orientação social;

b) das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou de servidores públicos;

- c) que constem claramente no plano de trabalho; e
- d) que tenham caráter acessório ao objeto principal do Convênio.

VIII - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de Diretrizes orçamentárias.

PARÁGRAFO ÚNICO: Não poderão fazer parte da equipe da convenente, contratadas com recursos da parceria, as pessoas naturais que tenham sido condenadas por crime:

- I** – contra a administração pública ou o patrimônio público;
- II** – eleitorais, para os quais a lei comine pena privativa de liberdade; ou
- III** – de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA: DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES

22.1 Pela execução da parceria em desacordo com a proposta de trabalho e com as normas da Lei nº 13.019, de 2014, e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil convenente as seguintes sanções:

- I - advertência;
- II - suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;
- III - declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.

§ 1º A sanção de advertência tem caráter preventivo e será aplicada quando verificadas impropriedades praticadas pela convenente no âmbito da parceria que não justifiquem a aplicação de penalidade mais grave.

§ 2º A sanção de suspensão temporária será aplicada nos casos em que forem verificadas irregularidades na celebração, execução ou prestação de contas da parceria e não se justificar a imposição da penalidade mais grave, considerando-se a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os danos que dela provieram para a administração pública estadual.

§ 3º As sanções estabelecidas nos incisos II e III são de competência exclusiva do Secretária de Estado de Educação, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

22.2 É facultada a defesa do interessado no prazo de 10 (dez) dias, contado da data de abertura de vista dos autos processuais.

22.3 Da decisão administrativa que aplicar as sanções previstas nesta Cláusula caberá recurso administrativo, no prazo de 10 (dez) dias, contado da data de ciência da decisão. No caso da competência exclusiva do Dirigente máximo da entidade da Administração Pública estadual prevista no subitem anterior, o recurso cabível é o pedido de reconsideração.

22.4 Prescrevem no prazo de 5 (cinco) anos as ações punitivas da administração pública estadual destinadas a aplicar as sanções previstas nesta Cláusula, contado da data de apresentação da prestação de contas ou do fim do prazo de 90 (noventa) dias a partir do término da vigência da parceria, no caso de omissão no dever de prestar contas. A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo destinado à apuração da infração.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA: DOS DOCUMENTOS DE DESPESA

23. A realização das despesas será comprovada mediante a apresentação dos documentos originais ou equivalentes, devendo os recibos e notas fiscais serem emitidos em nome da convenente e devidamente identificados com referência ao título e ao número deste Convênio, devendo ser observada a legislação federal, estadual e municipal pertinente, em especial a trabalhista, previdenciária e tributária.

PARÁGRAFO ÚNICO: Os comprovantes originais das despesas serão mantidos em arquivo, em boa ordem, no próprio local em que forem contabilizados, à disposição dos órgãos de controle interno e externo, pelo prazo de 10 (dez) anos contados a partir da data de aprovação da Prestação de Contas pela Secretaria de Estado de Educação, com exceção dos comprovantes de pagamento de débitos de natureza trabalhista e previdenciária, que devem observar a legislação específica.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA: DA EXTINÇÃO DO CONVÊNIO

24.1 O presente Convênio poderá ser:

I- extinto por decurso de prazo;

II- extinto, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato;

III- denunciado, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe; ou

IV- rescindido, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe, nas seguintes hipóteses:

a) descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;

b) irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas (art. 61, §4º, inciso II, do Decreto nº 8.726, de 2016);

c) omissão no dever de prestação de contas anual, nas parcerias com vigência superior a um ano, sem prejuízo do disposto no §2º do art. 70 da Lei nº 13.019, de 2014;

d) violação da legislação aplicável;

e) cometimento de falhas reiteradas na execução;

f) malversação de recursos públicos;

g) constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;

h) não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;

i) descumprimento das condições que caracterizam a parceira privada como conveniente (art. 2º, inciso I, da Lei nº 13.019, de 2014);

j) paralisação da execução da parceria, sem justa causa e prévia comunicação à Administração Pública;

k) quando os recursos depositados em conta corrente específica não forem utilizados no prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, salvo se houver execução parcial do objeto e desde que previamente justificado pelo gestor da parceria e autorizado pelo Ministro de Estado ou pelo dirigente máximo da entidade da administração pública federal, conforme previsto nos §§ 3º e 4º do art. 34 do Decreto nº 8.726, de 2016; e

l) outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.

Subcláusula Primeira. A denúncia só será eficaz 60 (sessenta) dias após a data de recebimento da notificação, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença.

Subcláusula Segunda. Em caso de denúncia ou rescisão unilateral por parte da Administração Pública, que não decorra de culpa, dolo ou má gestão da conveniente, o Poder Público ressarcirá a conveniente privada dos danos emergentes comprovados que houver sofrido.

Subcláusula Terceira. Em caso de denúncia ou rescisão unilateral por culpa, dolo ou má gestão por parte da conveniente, devidamente comprovada, a organização da sociedade civil não terá direito a qualquer indenização.

Subcláusula Quarta. Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. O prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.

Subcláusula Quinta. Na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje dano ao erário, deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial caso os valores relacionados à irregularidade não sejam devolvidos no prazo estabelecido pela Administração Pública.

Subcláusula Sexta. Outras situações relativas à extinção da parceria não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser reguladas em Termo de Encerramento da Parceria a ser negociado entre as partes ou, se for o caso, no Termo de Distrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA: DO VALOR DO CONVÊNIO

25.1 Dá-se ao Convênio o valor total de R\$ 1.159.802,00 (um milhão, cento e cinquenta e nove mil oitocentos e dois reais) considerando o somatório dos recursos decorrentes de transferências financeiras realizadas pela Secretaria de Estado de Educação à conveniente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA: DA RESTITUIÇÃO DE RECURSOS

26.1 Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção deste Convênio, a conveniente deverá restituir os saldos financeiros remanescentes, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

Quando a prestação de contas final não for encaminhada no prazo determinado ou quando constatada impropriedade que não tenha sido saneada, mesmo após oportunidade para o cumprimento da obrigação, deverá a conveniente recolher:

I – o valor total transferido, nos seguintes casos:

- a) inexecução do objeto do Convênio;
- b) não apresentação, no prazo exigido, da prestação de contas;
- c) utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida no Convênio.

II – o valor correspondente às despesas comprovadas com documentos inidôneos e/ou impugnados.

PARÁGRAFO ÚNICO: Os valores a serem recolhidos pela conveniente, em qualquer caso, deverão ser atualizados monetariamente, pelo IGP-DI da FGV, ou qualquer outro índice que vier a substituí-lo, acrescido de juros legais, na forma da legislação aplicável aos débitos para com a Fazenda Estadual, a contar da ocorrência do evento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA: DO CONVERJ

27.1 Todos os atos e procedimentos relativos a este Convênio, tais como o repasse de recursos, o acompanhamento da execução e a Prestação de Contas serão obrigatoriamente e exclusivamente realizados pelo Sistema de Convênios do Estado do Rio de Janeiro – CONVERJ.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os atos que por sua natureza não possam ser realizados pelo CONVERJ, serão nele registrados.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O(s) processo(s) administrativo(s) relativos a este Convênio deverá(ão) permanecer arquivado(s) no órgão de origem, instruído(s) com os documentos que se fizerem necessários, respeitado o disposto na Lei Estadual nº. 5.427/2009 e nos Decretos Estaduais nº. 42.352/2010 e 44.414/2013.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA: DA PUBLICAÇÃO, DA DIVULGAÇÃO E DO CONTROLE.

28.1 Após a celebração do Convênio, assim como de qualquer Termo Aditivo, seu extrato deverá ser publicado, dentro do prazo de 10 (dez) dias da sua assinatura, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, correndo os encargos por conta da administração pública.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O extrato deverá conter as seguintes informações:

- a) Número do Convênio;
- b) Nome da administração pública e da conveniente;
- c) Valor do Convênio;
- d) Objeto do Convênio;
- e) Data de assinatura e período de vigência;
- f) Dotação orçamentária; e
- g) Número do empenho, quando couber.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Após a assinatura e publicação do Convênio deverá ser informado a sua celebração ao Tribunal de Contas do Estado, para conhecimento, por meio eletrônico, na forma e no prazo determinado por este.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Durante o prazo de execução do Convênio a convenente deverá divulgar com atualização bimestral em seu sítio na rede mundial de computadores (internet), ou, na falta deste, em sua sede, consulta ao extrato do Convênio, contendo, pelo menos o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos, inclusive sua Prestação de Contas, contendo comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados, demonstrando, ainda, os indicadores de desempenho de qualidade, produtividade e social, na forma da Lei Estadual nº.5.981/2011.

28.2 Em razão do presente Convênio, a convenente se obriga a mencionar em todos os seus atos de promoção e divulgação do projeto, objeto desta parceria, por qualquer meio ou forma, a participação da Secretaria de Estado de Educação, de acordo com o Manual de Identidade Visual deste.

Subcláusula única. A publicidade de todos os atos derivados do presente Convênio deverá ter caráter exclusivamente educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA: DAS NOTIFICAÇÕES E COMUNICAÇÕES

29.1 Todas as comunicações relativas a este Convênio serão consideradas como devidamente comprovadas, nos endereços dos representantes credenciados pelos Partícipes.

PARÁGRAFO ÚNICO: As reuniões entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações neste Convênio, serão registradas em atas ou relatórios circunstanciados.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA: DO FORO

30.1 Fica eleito o Foro Central da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente Convênio que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA: DOS ANEXOS

31.1 Fazem parte integrante do Convênio o seguinte Anexo, independentemente de transcrição: Anexo I – Plano de Trabalho.

E, por assim estarem plenamente de acordo, as partes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, que vão assinadas pelos Partícipes e duas testemunhas abaixo identificadas, para que produza os efeitos legais e jurídicos, em Juízo ou dele.

Rio de Janeiro,

Roberta Barreto
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

Paulo Fortunato de Abreu
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ANGRA DOS REIS/RJ





Documento assinado eletronicamente por **PAULO FORTUNATO DE ABREU, Usuário Externo**, em 09/01/2026, às 12:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do [Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022](#) e no art. 4º do [Decreto nº 48.013, de 04 de abril de 2022](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **122426350** e o código CRC **4BCB28FA**.

Referência: Processo nº SEI-030001/093067/2025

SEI nº 122426350

Rua Joaquim Palhares, 40, - Bairro Cidade Nova, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20260-080
Telefone: 23809218 - www.seeduc.rj.gov.br

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO ANALÍTICO

R\$ 1.638.491,57



**Secretaria de
EDUCAÇÃO, JUVENTUDE
E INOVAÇÃO**

OBJETIVO: CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA COBERTA NA UNIDADE DE ENSINO, ESCOLA MUNICIPAL TEREZA PINHEIRO DE ALMEIDA

LOCAL: PRAÇA SANTOS DUMONT, S/N, JAPUIBA, ANGRA DOS REIS-RJ, 23.934-575

ITEM	DESCRIÇÃO	BANCO	CÓDIGO	QUANT.	UNID.	P. UNIT.	BDI (%)	P. UNIT. (C/BDI)	TOTAL
1	SERVIÇOS TÉCNICOS OPERACIONAIS								R\$ 55.130,49
1.1	OPERAÇÃO ORÇAMENTO DE OBRAS SBC - COM LEVANTAMENTO FORNECIDO	SBC	000109	459,00	m²	R\$ 17,17	28,82%	R\$ 22,11	R\$ 10.148,49
1.2	PROJETO BÁSICO DE ARQUITETURA PARA PREDIOS ESCOLARES E/OU ADMINISTRATIVOS DE 501 ATE 3.000M2, APRESENTADO NOS PADRÕES DA CONTRATANTE, INCLUSIVE AS LEGALIZAÇÕES PERTINENTES, COORDENAÇÃO E COMPATIBILIZAÇÃO COM OS PROJETOS COMPLEMENTARES 9% - DESPESAS ADMINISTRATIVAS E DE MATERIAIS	EMOP	01.050.0029-A	459,00	m²	R\$ 37,61	28,82%	R\$ 48,44	R\$ 22.233,96
1.3	PROJETO ESTRUTURAL BÁSICO PARA PREDIOS ESCOLARES E/OU ADMINISTRATIVOS DE 501 ATE 3000M2, APRESENTADO NOS PADRÕES DA CONTRATANTE 9% - DESPESAS ADMINISTRATIVAS E DE MATERIAIS	EMOP	01.050.0550-A	459,00	m²	R\$ 38,48	28,82%	R\$ 49,56	R\$ 22.748,04
2	SERVIÇOS PRELIMINARES								R\$ 146.996,01
2.1	MOBILIZAÇÃO DE OBRA								R\$ 84.457,65
2.1.1	TAPUME DE OBRAS-CHAPAS MADEIRIT COLA BRANCA 6mm	SBC	012615	143,00	m²	R\$ 172,09	28,82%	R\$ 221,68	R\$ 31.700,24
2.1.2	DESMONTAGEM E REMOÇÃO DE TAPUMES DE OBRAS	SBC	023712	143,00	m²	R\$ 37,72	28,82%	R\$ 48,59	R\$ 6.948,37
2.1.3	BARRACÃO PARA ESCRITÓRIO EM TABUAS DE MADEIRA	SBC	012214	18,00	m²	R\$ 1.412,21	28,82%	R\$ 1.819,20	R\$ 32.745,60
2.1.4	INSTALAÇÃO E LIGAÇÃO PROVISÓRIA DE ALIMENTAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA, EM BAIXA TENSÃO, PARA CANTEIRO DE OBRAS, M3-CHAVE 100A, CARGA 3KW, 20CV, EXCLUSIVE O FORNECIMENTO DO MEDIDOR 3% - DESGASTE DE FERRAMENTAS E EPI	EMOP	02.016.0001-A	2,00	UN	R\$ 2.388,40	28,82%	R\$ 3.076,73	R\$ 6.153,46
2.1.5	INSTALAÇÃO E LIGAÇÃO PROVISÓRIA PARA ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO EM CANTEIRO DE OBRAS, INCLUSIVE ESCAVAÇÃO, EXCLUSIVE REPOSIÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO DO LOGRADOURO PÚBLICO O 3% - DESGASTE DE FERRAMENTAS E EPI	EMOP	02.015.0001-A	1,00	UN	R\$ 4.758,19	28,82%	R\$ 6.129,50	R\$ 6.129,50
2.1.6	DESMOBILIZAÇÃO C/ DESMONTAGEM DE BARRACÃO E DEMAIS ELEMENTOS	SBC	210825	18,00	m²	R\$ 33,66	28,82%	R\$ 43,36	R\$ 780,48
2.2	REMOÇÃO E DEMOLIÇÃO								R\$ 36.651,45
2.2.1	REMOÇÃO DE PISO DE BLOCO INTERTRAVADO OU DE PEDRA PORTUGUESA, DE FORMA MANUAL, COM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	SINAPI	97635	459,00	m²	R\$ 23,83	28,82%	R\$ 30,69	R\$ 14.086,71
2.2.2	Demolicao manual de concreto armado compreendendo pilares, vigas e lajes, em estrutura apresentando posicao espacial, inclusive empilhamento lateral dentro do canteiro.(desonerado)	SCO	SC 04.05.0950	24,00	m³	R\$ 503,74	28,82%	R\$ 648,91	R\$ 15.573,84
2.2.3	REMOÇÃO POSTE METÁLICO ENGT CONCR DE 8A10M C/E S/REAPROVEIT.	SBC	022976	5,00	UN	R\$ 1.085,38	28,82%	R\$ 1.398,18	R\$ 6.990,90
2.3	PREPARAÇÃO DE SOLO								R\$ 25.886,91
2.3.1	REGULARIZAÇÃO MANUAL DE SOLO COM NIVELAMENTO E APOIAMENTO	SBC	020014	137,70	m³	R\$ 97,57	28,82%	R\$ 125,68	R\$ 17.306,14
2.3.2	COMPACTAÇÃO DE SOLO PARA PAVIMENTAÇÃO CONCRETO-MEIO MANUAL	SBC	020351	68,85	m³	R\$ 96,75	28,82%	R\$ 124,63	R\$ 8.580,78
3	ESTRUTURA DE CONCRETO								R\$ 348.422,03
3.1	LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM PISOS, LAJES SOBRE SOLO OU RADIERS, ESPESSURA DE 5 CM. AF_01/2024	SINAPI	95241	459,00	m²	R\$ 39,98	28,82%	R\$ 51,50	R\$ 23.638,50
3.2	FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO DE TELA Q-785	SUDECAP	06.04.14	5719,14	KG	R\$ 14,28	28,82%	R\$ 18,39	R\$ 105.174,98
3.3	EXECUÇÃO DE RADIER, ESPESSURA DE 30 CM, FCK = 30 MPA, COM USO DE FORMAS EM MADEIRA SERRADA. AF_09/2021	SINAPI	103073	459,00	m²	R\$ 371,41	28,82%	R\$ 478,45	R\$ 219.608,55
4	COBERTURA								R\$ 837.310,59
4.1	ESTRUTURAS								R\$ 620.061,90
4.1.1	FORNECIMENTO DE ESTRUTURA METÁLICA EM PERFIL LAMINADO, INCLUSIVE FABRICAÇÃO, TRANSPORTE, MONTAGEM E APLICAÇÃO DE FUNDO PREPARADOR ANTICORROSIVO EM SUPERFÍCIE METÁLICA, UMA (1) DEMÃO	SETOP	ED-49664	4334,40	Kg	R\$ 25,24	28,82%	R\$ 32,51	R\$ 140.911,34
4.1.2	ESTRUTURA AÇO PERFIL METÁLICO P/COBERTURA-VAO 22m(22,153kg/m2)	SBC	100014	527,85	m²	R\$ 704,66	28,82%	R\$ 907,74	R\$ 479.150,56
4.2	TELHAMENTO								R\$ 186.241,57
4.2.1	TRANSPORTE HORIZONTAL MANUAL, DE TELHA TERMOACÚSTICA OU TELHA DE AÇO ZINCADO (UNIDADE: M2XKM). AF_07/2019	SINAPI	100275	105,57	M2XKM	R\$ 24,85	28,82%	R\$ 32,01	R\$ 3.379,30
4.2.2	COBERTURA TELHA METÁLICA AÇO GALVALUME TRAPEZOIDAL TR25 3	SBC	100600	527,85	m²	R\$ 136,47	28,82%	R\$ 175,80	R\$ 92.796,03
4.2.3	Fechamento lateral com telha em aço galvalume, simples, trapezoidal, não pintada, TP40, e=0,65mm, Isoeste ou similar	ORSE	9836	264,00	m²	R\$ 264,84	28,82%	R\$ 341,16	R\$ 90.066,24
4.3	ESGOTAMENTO PLUVIAL								R\$ 31.007,12

OBJETIVO: CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA COBERTA NA UNIDADE DE ENSINO, ESCOLA MUNICIPAL TEREZA PINHEIRO DE ALMEIDA
LOCAL: PRAÇA SANTOS DUMONT, S/N, JAPUIBA, ANGRA DOS REIS-RJ, 23.934-575

ITEM	DESCRIÇÃO	BANCO	CÓDIGO	QUANT.	UNID.	P. UNIT.	BDI (%)	P. UNIT. (C/BDI)	TOTAL
4.3.1	Calha de beiral, em chapa galvanizada no 24, com 75cm de desenvolvimento. Fornecimento e colocação.(desonerado)	SCO	CI 04.70.0500	59,40	m	R\$ 251,09	28,82%	R\$ 323,45	R\$ 19.212,93
4.3.2	CONDUTOR CIRCULAR DE ÁGUA PLUVIAL PARA DO TELHADO EM TUBO DE PVC, DIÂMETRO DE 100MM, INCLUSIVE CONEXÕES E SUPORTES	SETOP	ED-50668	24,00	m	R\$ 88,98	28,82%	R\$ 114,62	R\$ 2.750,88
4.3.3	Caixa de passagem em alvenaria, dimensões de (80x80x80)cm, com tampão de ferro. Construção.	SCO	IT 25.46.0153	4,00	un	R\$ 652,06	28,82%	R\$ 839,98	R\$ 3.359,92
4.3.4	TUBO PVC, CONFORME ABNT NBR-7362, PARA ESGOTO SANITÁRIO, COM DIÂMETRO NOMINAL DE 150MM, INCLUSIVE ANEL DE BORRACHA. FORNECIMENTO	EMOP	06.272.0003-A	70,20	M	R\$ 50,35	28,82%	R\$ 64,86	R\$ 4.553,17
4.3.5	ASSENTAMENTO DE TUBULAÇÃO DE PVC, COM JUNTA ELÁSTICA, PARA COLÉTOR DE ESGOTOS, COM DIÂMETRO NOMINAL DE 150MM, A TERMO E SOCA À ALTURA DA GERATRIZ SUPERIOR DO TUBO, CONSIDERANDO O MATERIAL DA PRÓPRIA ESCAVACÃO, EXCLUSIVE TUBO E JUNTA 3%-DESGASTE DE FERRAMENTAS E EPI	EMOP	06.001.0243-A	70,20	M	R\$ 12,50	28,82%	R\$ 16,10	R\$ 1.130,22
5	PISO DE CONCRETO								R\$ 41.581,73
5.1	CORTE DE JUNTA DE DILATAÇÃO, COM SERRA DE DISCO DIAMANTADO PARA PISOS	CPOS/CD HU	11.20.050	367,20	M	R\$ 11,72	28,82%	R\$ 15,09	R\$ 5.541,05
5.2	Polimento de piso de alta resistência, feito mecanicamente.	SCO	SC 30.10.0100	459,00	m²	R\$ 46,35	28,82%	R\$ 59,70	R\$ 27.402,30
5.3	LIMPEZA PISOS CIMENTADOS	SBC	210011	459,00	m²	R\$ 14,61	28,82%	R\$ 18,82	R\$ 8.638,38
6	PINTURA								R\$ 111.016,10
6.1	QUADRA POLIESPORTIVA								R\$ 71.110,64
6.1.1	PINTURA EPÓXI EM PISO, DUAS (2) DEMÃOS, COM APLICAÇÃO MANUAL INCLUSIVE UMA (1) DEMÃO DE PRIMER EPÓXI E PREPARAÇÃO DA SUPERFÍCIE, ESP. 4MM, COM ARGAMASSA AUTONIVELANTE	SETOP	ED-9933	459,00	m²	R\$ 115,37	28,82%	R\$ 148,61	R\$ 68.211,99
6.1.2	PINTURA DE DEMARCAÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA COM TINTA EPÓXI, E = 5 CM, APLICAÇÃO MANUAL. AF_05/2021	SINAPI	102506	154,76	M	R\$ 14,54	28,82%	R\$ 18,73	R\$ 2.898,65
6.2	ESTRUTURAS METÁLICAS								R\$ 39.905,46
6.2.1	LIXAMENTO MANUAL EM SUPERFÍCIES METÁLICAS EM OBRA. AF_01/2020	SINAPI	100717	527,85	m²	R\$ 12,73	28,82%	R\$ 16,39	R\$ 8.651,46
6.2.2	PINTURA ESMALTE 2 DEMÃOS CAIXILHO DE FERRO C/ MASSA E ZARCO	SBC	023478	527,85	m²	R\$ 45,97	28,82%	R\$ 59,21	R\$ 31.254,00
7	SERRALHERIA								R\$ 78.999,07
7.1	POSTE OFICIAL COMPLETO COM REDE PARA VOLEIBOL	CPOS/CD HU	35.01.170	1,00	cj	R\$ 1.894,86	28,82%	R\$ 2.440,95	R\$ 2.440,95
7.2	Estrutura Metálica Móvel, p/ Tabela e Cesta de Basquete, Padrão Oficial em Tubo Galvanizado 2"	ORSE	7724	1,00	par	R\$ 8.494,85	28,82%	R\$ 10.943,06	R\$ 10.943,06
7.3	TRAVE FUTEBOL DE CAMPO D= 100MM COM REDE NYLON DUPLO	SUDECAP	18.02.08	2,00	UN	R\$ 3.724,37	28,82%	R\$ 4.797,73	R\$ 9.595,46
7.4	Alambrado com tela de nylon, malha 3.6 mm, fixada com tubos de aço galvanizado 2", formando quadros de 2.00 x 2.00 m, exceto mureta	ORSE	3492	189,00	m²	R\$ 230,09	28,82%	R\$ 296,40	R\$ 56.019,60
8	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS								R\$ 118.003,65
8.1	INSTALAÇÕES								R\$ 42.523,94
8.1.1	ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO, PEAD, DN 100 (4"), PARA REDE ENTERRADA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2021	SINAPI	97670	3,00	M	R\$ 26,07	28,82%	R\$ 33,58	R\$ 100,74
8.1.2	Caixa de passagem em alvenaria, dimensões de (60x60x60)cm, com tampão de ferro. Construção.(desonerado)	SCO	IT 24.46.0150	2,00	un	R\$ 522,15	28,82%	R\$ 672,63	R\$ 1.345,26
8.1.3	CAIXA DE PASSAGEM EM ALUMÍNIO 40X40X20 STAMPLAC	SBC	059227	2,00	UN	R\$ 395,15	28,82%	R\$ 509,03	R\$ 1.018,06
8.1.4	CAIXA DE PASSAGEM METÁLICA DE SOBREPOR 30x30x10cm PVC CPT	SBC	059099	4,00	UN	R\$ 261,69	28,82%	R\$ 337,10	R\$ 1.348,40
8.1.5	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO, DE EMBUTIR, COM BARRAMENTO TRIFÁSICO, PARA 24 DISJUNTORES DIN 100A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_07/2025	SINAPI	101879	1,00	UN	R\$ 562,95	28,82%	R\$ 725,19	R\$ 725,19
8.1.6	DISJUNTOR TERMOMAGNÉTICO, TRIPOLAR, DE 125 A 160A, 50KA, MODELO CAIXA MOLDADA, TIPO C. FORNECIMENTO E COLOCACAO 3%-DESGASTE DE FERRAMENTAS E EPI	EMOP	15.007.0608-A	2,00	UN	R\$ 341,91	28,82%	R\$ 440,44	R\$ 880,88
8.1.7	DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO NEMA, CORRENTE NOMINAL DE 10 ATÉ 30A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_07/2025	SINAPI	101890	3,00	UN	R\$ 14,68	28,82%	R\$ 18,91	R\$ 56,73
8.1.8	DISJUNTOR BIPOLAR TIPO NEMA, CORRENTE NOMINAL DE 10 ATÉ 50A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_07/2025	SINAPI	101892	2,00	UN	R\$ 65,88	28,82%	R\$ 84,86	R\$ 169,72
8.1.9	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 4 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	SINAPI	91929	600,00	M	R\$ 8,15	28,82%	R\$ 10,49	R\$ 6.294,00
8.1.10	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 6 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	SINAPI	91931	400,00	M	R\$ 11,42	28,82%	R\$ 14,71	R\$ 5.884,00

**OBJETIVO: CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA COBERTA NA
UNIDADE DE ENSINO, ESCOLA MUNICIPAL TEREZA PINHEIRO DE
ALMEIDA**
**LOCAL: PRAÇA SANTOS DUMONT, S/N, JAPUIBA, ANGRA DOS REIS-
RJ, 23.934-575**

ITEM	DESCRIÇÃO	BANCO	CÓDIGO	QUANT.	UNID.	P. UNIT.	BDI (%)	P. UNIT. (C/BDI)	TOTAL
8.1.11	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 70 MM², 0,6/1,0 KV, PARA REDE AÉREA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA DE BAIXA TENSÃO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_07/2020	SINAPI	101565	100,00	M	R\$ 77,79	28,82%	R\$ 100,20	R\$ 10.020,00
8.1.12	TERMINAL ILHÓS PARA CABO DE 4MM2	SETOP	ED-34437	12,00	un	R\$ 1,91	28,82%	R\$ 2,46	R\$ 29,52
8.1.13	TERMINAL ILHÓS PARA CABO DE 6MM2	SETOP	ED-34438	16,00	un	R\$ 1,93	28,82%	R\$ 2,48	R\$ 39,68
8.1.14	TERMINAL DE COMPRESSÃO DE 1 FURO PARA CABO DE 70MM2	SETOP	ED-34430	6,00	un	R\$ 13,23	28,82%	R\$ 17,04	R\$ 102,24
8.1.15	ELETRODUTO RÍGIDO SOLDÁVEL, PVC, DN 25 MM (3/4"), APARENTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2022	SINAPI	95727	138,00	M	R\$ 24,14	28,82%	R\$ 31,09	R\$ 4.290,42
8.1.16	CURVA 90 ELETRODUTO PVC SOLDAVEL 25mm	SBC	058161	25,00	UN	R\$ 11,95	28,82%	R\$ 15,39	R\$ 384,75
8.1.17	LUVA ELETRODUTO PVC SOLDAVEL 25mm	SBC	058231	15,00	UN	R\$ 12,92	28,82%	R\$ 16,64	R\$ 249,60
8.1.18	CAIXA SOBREPOR CONDULETE TOP 4x2"	SBC	058139	9,00	UN	R\$ 24,78	28,82%	R\$ 31,92	R\$ 287,28
8.1.19	TOMADA 2P+T 20A 4X2 E PLACA BRANCO PIAL PLUS C/ SUPORTE	SBC	062070	8,00	UN	R\$ 57,65	28,82%	R\$ 74,26	R\$ 594,08
8.1.20	INTERRUPTOR 1 SECAO INTERMEDIARIO 68011 ZEFFIA PIAL	SBC	062209	1,00	UN	R\$ 63,59	28,82%	R\$ 81,91	R\$ 81,91
8.1.21	REFLETOR LED 600W 6500K BIV SLIM GALAXY INSPIRIUM	SBC	060317	14,00	UN	R\$ 478,05	28,82%	R\$ 615,82	R\$ 8.621,48
8.2	SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS								R\$ 75.479,71
8.2.1	DISPOSITIVO DE PROTECAO CONTRA SURTO (DPS),CLASSE II,1 POLO, TENSÃO 175V,CORRENTES APROXIMADAS DE DESCARGA NOMINAL E MAXI MA DE 20KA E 45KA.FORNECIMENTO E COLOCACAO 3%-DESGASTE DE FERRAMENTAS E EPI	EMOP	15.007.0642-A	3,00	UN	R\$ 53,91	28,82%	R\$ 69,44	R\$ 208,32
8.2.2	Cabo de aluminio nu asc/ca 7 fios - 2/0 awg - fornecimento	ORSE	2850	285,00	kg	R\$ 59,96	28,82%	R\$ 77,24	R\$ 22.013,40
8.2.3	Cabo de aluminio nu asc/ca 7 fios - 1/0 awg - fornecimento	ORSE	2849	48,00	kg	R\$ 59,07	28,82%	R\$ 76,09	R\$ 3.652,32
8.2.4	CORDOALHA DE COBRE NU 50 MM², ENTERRADA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2023	SINAPI	96977	174,00	M	R\$ 61,19	28,82%	R\$ 78,82	R\$ 13.714,68
8.2.5	Cabo de cobre nu, secao de 16mm2. Fornecimento e instalacao (1kg = 7,04 metros).	SCO	IT 25.40.0068	69,00	Kg	R\$ 100,60	28,82%	R\$ 129,59	R\$ 8.941,71
8.2.6	TERMINAL AEREO PARA PARA-RAIO(CAPTOR 1 PONTA)EM LATAO MACICO ,3/8"x600MM,FIXACAO COM ROSCA MECANICA E ABRACADEIRA,INCLUSI VE CAPTOR.FORNECIMENTO E COLOCACAO 3%-DESGASTE DE FERRAMENTAS E EPI	EMOP	15.007.0216-A	69,00	UN	R\$ 40,88	28,82%	R\$ 52,66	R\$ 3.633,54
8.2.7	SUPORTE PARA FIXACAO DE CABO PARA PARA-RAIO,COM 20CM DE COMP RIMENTO,COM ISOLADOR.FORNECIMENTO E COLOCACAO 3%-DESGASTE DE FERRAMENTAS E EPI	EMOP	15.007.0214-A	400,00	UN	R\$ 30,68	28,82%	R\$ 39,52	R\$ 15.808,00
8.2.8	HASTE PARA ATERRAMENTO,DE COBRE DE 5/8"(16MM),COM 3,00M DE C OMPRIMENTO.FORNECIMENTO E COLOCACAO 3%-DESGASTE DE FERRAMENTAS E EPI	EMOP	15.007.0208-A	8,00	UN	R\$ 54,29	28,82%	R\$ 69,93	R\$ 559,44
8.2.9	Caixa inspeção em poliamida 150x110x70mm, bocal 1" (DN 32mm), ref. TEL-541 (SPDA)	ORSE	10728	8,00	un	R\$ 86,86	28,82%	R\$ 111,89	R\$ 895,12
8.2.10	SOLDA EXOTÉRMICA PARA SPDA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2023	SINAPI	96983	20,00	UN	R\$ 42,62	28,82%	R\$ 54,90	R\$ 1.098,00
8.2.11	CONECTOR DE MEDICAO E EMENDA 16 A 70MM 560 - TERMOTECNICA	SBC	078389	8,00	UN	R\$ 44,41	28,82%	R\$ 57,20	R\$ 457,60
8.2.12	CONECTOR SPLIT-BOLT, PARA SPDA, PARA CABOS ATÉ 70 MM2 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2023	SINAPI	104754	24,00	UN	R\$ 35,48	28,82%	R\$ 45,70	R\$ 1.096,80
8.2.13	CONECTOR MECANICO PARAFUSO FENDIDO(SPLIT-BOLT),CORPO E PORCA FABRICADO EM COBRE,PARA CABO DE 50MM2.FORNECIMENTO E COLOCA CAO 3%-DESGASTE DE FERRAMENTAS E EPI	EMOP	15.017.0331-A	20,00	UN	R\$ 29,92	28,82%	R\$ 38,54	R\$ 770,80
8.2.14	CONECTOR DE MEDICAO E EMENDA 16 A 70MM 560 - TERMOTECNICA	SBC	078389	8,00	UN	R\$ 44,41	28,82%	R\$ 57,20	R\$ 457,60
8.2.15	CONECTOR PARA MINICAPTOR COM FURO VERTICAL 3/8 TEL5021	SBC	078369	8,00	UN	R\$ 52,82	28,82%	R\$ 68,04	R\$ 544,32
8.2.16	PRESILHA EM LATAO COM FURO DE 7MM.FORNECIMENTO E COLOCACAO 3%-DESGASTE DE FERRAMENTAS E EPI	EMOP	15.007.0218-A	30,00	UN	R\$ 16,21	28,82%	R\$ 20,88	R\$ 626,40
8.2.17	ELETRODUTO DE PVC RIGIDO ROSQUEAVEL DE 1.1/2",INCLUSIVE CONE XOES E EMENDAS,EXCLUSIVE ABERTURA E FECHAMENTO DE RASGO.FORN ECIMENTO E ASSENTAMENTO 3%-DESGASTE DE FERRAMENTAS E EPI 10%-CONEXOES E EMENDAS	EMOP	15.036.0073-A	34,00	M	R\$ 15,71	28,82%	R\$ 20,23	R\$ 687,82
8.2.18	CURVA 90 GRAUS PARA ELETRODUTO, PVC, ROSCÁVEL, DN 50 MM (1 1/2"), PARA REDE ENTERRADA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2021	SINAPI	93018	8,00	UN	R\$ 30,46	28,82%	R\$ 39,23	R\$ 313,84
9	SERVIÇOS COMPLEMENTARES								R\$ 201.137,02
9.1	LIMPEZA DE OBRA E ACABAMENTOS								R\$ 23.548,06

OBJETIVO: CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA COBERTA NA UNIDADE DE ENSINO, ESCOLA MUNICIPAL TEREZA PINHEIRO DE ALMEIDA
LOCAL: PRAÇA SANTOS DUMONT, S/N, JAPUIBA, ANGRA DOS REIS-RJ, 23.934-575

ITEM	DESCRIÇÃO	BANCO	CÓDIGO	QUANT.	UNID.	P. UNIT.	BDI (%)	P. UNIT. (C/BDI)	TOTAL
9.1.1	LIMPEZA FINAL DE OBRAS	SBC	210023	459,00	m²	R\$ 36,96	28,82%	R\$ 47,61	R\$ 21.852,99
9.1.2	Placa de inauguração em alumínio com Acrílico, 80x60cm,com logomarca e moldura	ORSE	11986	1,00	un	R\$ 1.315,85	28,82%	R\$ 1.695,07	R\$ 1.695,07
9.2	TRANSPORTE DE MATERIAIS								R\$ 53.771,19
9.2.1	TRANSPORTE DE MATERIAS DE QUALQUER NATUREZA, DERIVADOS DE BOTA FORA E ENTRADA DE MATERIAS EM OBRA	COMP. PROP	002	280,83	m³	R\$ 148,64	28,82%	R\$ 191,47	R\$ 53.771,19
9.3	LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS								R\$ 123.817,77
9.3.1	LOCAÇÃO DE ANDAIME COM ELEMENTOS TUBULARES SOBRE SAPATAS FIXAS, CONSIDERANDO-SE A ÁREA DA PROJEÇÃO VERTICAL DO ANDAIME E PAGO PELO TEMPO NECESSÁRIO À SUA UTILIZAÇÃO, EXCLUSIVE TRANSPORTE DOS ELEMENTOS DO ANDAIME À OBRA, PLATAFORMA OU PASSARELA DE PINHO. MONTAGEM E DESMONTAGEM DOS ANDAIMES	EMOP	05.006.0001-B	288,00	M2XMES	R\$ 39,66	28,82%	R\$ 51,09	R\$ 14.713,92
9.3.2	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ANDAIME TUBULAR TIPO "TORRE" (EXCLUSIVE ANDAIME E LIMPEZA). AF_03/2024	SINAPI	97064	576,00	M	R\$ 39,28	28,82%	R\$ 50,60	R\$ 29.145,60
9.3.3	LOCAÇÃO DE PASSARELA METÁLICA, PERFURADA, PARA ANDAIME METÁLICO TUBULAR, INCLUSIVE TRANSPORTE, CARGA E DESCARGA, EXCLUSIVE ANDAIME TUBULAR E MOVIMENTAÇÃO (VER ITEM 05.008.0008)	EMOP	05.007.0007-A	288,00	M2XMES	R\$ 101,88	28,82%	R\$ 131,24	R\$ 37.797,12
9.3.4	ALUGUELO DE CACAMBA 5m2 48 HORAS COM RETIRADA	SBC	210500	15,00	UN	R\$ 370,00	28,82%	R\$ 476,63	R\$ 7.149,45
9.3.5	TORRE, COMPOSTA POR GUINCHO MECÂNICO, GUINCHO MANUAL, CABOS DE AÇO, PITEIRA E SOQUETE - CHP DIURNO. AF_05/2023	SINAPI	102904	264,00	CHP	R\$ 51,63	28,82%	R\$ 66,50	R\$ 17.556,00
9.3.6	ALUGUELO HORA GUINCHO ELÉTRICO 2 TONELADAS	SBC	018480	264,00	H	R\$ 41,37	28,82%	R\$ 53,29	R\$ 14.068,56
9.3.7	TORRE, COMPOSTA POR GUINCHO MECÂNICO, GUINCHO MANUAL, CABOS DE AÇO, PITEIRA E SOQUETE - CHI DIURNO. AF_05/2023	SINAPI	102905	66,00	CHI	R\$ 39,84	28,82%	R\$ 51,32	R\$ 3.387,12
10	ADMINISTRAÇÃO DE OBRAS								R\$ 109.517,76
10.1	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SINAPI	90777	176,00	H	R\$ 126,78	28,82%	R\$ 163,31	R\$ 28.742,56
10.2	MESTRE DE OBRAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SINAPI	90780	176,00	H	R\$ 64,32	28,82%	R\$ 82,85	R\$ 14.581,60
10.3	ENCARREGADO GERAL COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SINAPI	90776	704,00	H	R\$ 47,60	28,82%	R\$ 61,31	R\$ 43.162,24
10.4	TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SINAPI	100309	396,00	H	R\$ 45,15	28,82%	R\$ 58,16	R\$ 23.031,36
PREÇO TOTAL "SEM DESCONTO" (C/BDI):									R\$ 2.048.114,46
TOTAL DE DESCONTO APLICADO (20,00%):									R\$ 409.622,89
PREÇO FINAL DA OBRA (C/BDI E DESCONTO APLICADO):									R\$ 1.638.491,57
OBSERVAÇÕES:									
DATA-BASE: SINAPI - 09/2025 - Rio de Janeiro; SBC - 12/2025 - Rio de Janeiro; SICRO3 - 07/2025 - Rio de Janeiro; ORSE - 09/2025 - Sergipe; SETOP - 07/2025 - Minas Gerais; SUDECAP - 07/2025 - Minas Gerais; CPOS/CDHU - 09/2025 - São Paulo; EMOP - 10/2025 - Rio de Janeiro; SCO - 10/2025 - Rio de Janeiro.									
ORÇAMENTO DESONERADO									
BDI: 28,82% E DESCONTO LINEAR APLICADO: 20,00% (ATA N° 068/2024 – DAFMC)									

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO SINTÉTICO

CRONOGRAMA EXECUÇÃO											
Metas/Etapas	Mês 1	%	Mês 2	%	Mês 3	%	Mês 4	%	Total	Dt Início	Dt Término
Serviços Técnicos Operacionais	R\$ 44.104,39	100%	R\$ -		R\$ -		R\$ -		R\$ 44.104,39	15/01/2026	16/02/2026
Serviços Preliminares	R\$ 117.596,81	100%	R\$ -		R\$ -		R\$ -		R\$ 117.596,81	15/01/2026	16/02/2026
Estrutura de Concreto	R\$ 278.737,63	100%	R\$ -		R\$ -		R\$ -		R\$ 278.737,63	15/01/2026	16/02/2026
Cobertura	R\$ -		R\$ 468.893,93	70%	R\$ 200.954,54	30%	R\$ -		R\$ 669.848,47	02/02/2026	31/03/2026
Piso de Concreto	R\$ -		R\$ -		R\$ 19.959,23	60%	R\$ 13.306,15	40%	R\$ 33.265,38	02/03/2026	30/04/2026
Pintura	R\$ -		R\$ -		R\$ -		R\$ 88.812,88	100%	R\$ 88.812,88	01/04/2026	30/04/2026
Serralheria	R\$ -		R\$ -		R\$ -		R\$ 63.199,26	100%	R\$ 63.199,26	01/04/2026	30/04/2026
Instalações Elétricas	R\$ -		R\$ 18.880,58	20%	R\$ 75.522,34	80%	R\$ -		R\$ 94.402,92	02/02/2026	31/03/2026
Serviços Complementares	R\$ 40.227,40	25%	R\$ 40.227,40	25%	R\$ 40.227,40	25%	R\$ 40.227,40	25%	R\$ 160.909,62	15/01/2026	30/04/2026
Administração de Obras	R\$ 21.903,55	25%	R\$ 21.903,55	25%	R\$ 21.903,55	25%	R\$ 21.903,55	25%	R\$ 87.614,21	15/01/2026	30/04/2026

CONTA ESPECÍFICA

Copiar Plano Trabalho

CONFIRMAR

VOLTAR

Novo Título Projeto

Nro Parceria	1323 ✓	Nro Processo SEI	SEI-030001/093067/2025
Título Projeto	REVITALIZAÇÃO E COBERTURA DE QUADRAS POLIESPORTIVAS	Nro SIAFE-Rio	2025NE24949
Concedente	SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO	Status	Em Execução
Conveniente	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ANGRA DOS REIS	Gerente Executivo	Alba Rodrigues Cruz
Programa	Educação Básica- Emenda: 2155- CÉLIA JORDÃO	Gestor Parceria	Fernanda Queiroz de Mello Silva Vidal
Coordenador	Acacio Souza da Silva		
Comissão Monitoramento			



MUNICIPIO DE ANGRA DOS REIS

CNPJ.: 55.298.250/0001-41

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

NOTA DE EMPENHO

Ordenador de Despesa no uso de suas atribuições e em cumprimento à execução orçamentária, autoriza a emissão de empenho de despesa conforme descrição abaixo.

38 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
3801 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Table with 5 columns: Credor, Ração Social / Fornecedor, CPF / CNPJ, Banco, Agência, Conta Bancária. Includes DAFMC SOLUCOES, COMERCIO E SERVICOS LTDA.

Table with 6 columns: Empenho, Tipo Empenho, Categoria Despesa, OBRA, Ficha, Nº Empenho. Includes details for 20261361 and 604.

Table with 2 columns: Dotação, Natureza de Despesa, Classificação Funcional. Includes 449051 - OBRAS E INSTALAÇÕES and 15713210 - TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO...

Table with 2 columns: Valores, Valor do Empenho. Shows 1.159.802,00.

Histórico: FSE 262/FME/2026, T. DE ADESÃO 002/2025, CONTR. 023/2025, EMENDA PARLAMENTAR ESTADUAL Nº2155/2025 / CONVENIO 01/2026 SEEDUC.

Líquido por Extenso: *****(UM MILHÃO E CENTO E CINQUENTA E NOVE MIL E OITOCENTOS E DOIS REAIS)*****

Assinaturas: Includes signatures and stamps for Junior José da Conceição, Matheus Câmara Pereira, and Paulo Henrique de Almeida.



MUNICIPIO DE ANGRA DOS REIS

CNPJ.: 55.298.250/0001-41

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

NOTA DE EMPENHO

Ordenador de Despesa no uso de suas atribuições e em cumprimento à execução orçamentária, autoriza a emissão de empenho de despesa conforme descrição abaixo.

38 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
3801 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Table with 5 columns: Razo Social / Fornecedor, CPF / CNPJ, Banco, Agência, Conta Bancária. Row 1: DAFMC SOLUCOES, COMERCIO E SERVICOS LTDA, 28.917.603/0001-71, 033, 3396, 13.008505-1. City: NITERÓI.

Table with 6 columns: Empenho, Tipo Empenho, Categoria Despesa, OBRA, Ficha, N° Empenho. Row 1: Global, 3 - Prestação de Serviços, 20261363, 605. Date: 21/05/2026, Aut. de Compras: 0, N° Licitação: 002/2025, Processo: 202607000870. Saldo Anterior: 478.689,57, Valor: 478.689,57, Saldo Atual: 0,00.

Table with 2 columns: Natureza de Despesa, Classificação Funcional. Row 1: 449051 - OBRAS E INSTALAÇÕES, 12 - EDUCAÇÃO, 361 - ENSINO FUNDAMENTAL, 0214 - MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DA REDE MUNICIPAL, 1724 - EMENDA PARLAMENTAR ESTADUAL Nº 2155/2025 - CONSTR. DA QUADRA POLIESPORTIVA DA ESCOLA MUN. TEREZA PINHEIRO DE ALMEIDA - JAPUÍBA. Vinculo: 15001001 - RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - EDUCAÇÃO, Crédito: ORÇAMENTÁRIO.

Table with 2 columns: Valores, Valor do Empenho. Value: 478.689,57.

Histórico: FSE 262/FME/2026, T. DE ADESÃO 002/2025, CONTR. 023/2025, COMPLEMENTO DA EMENDA PARLAMENTAR ESTADUAL Nº2155/2025 / CONVENIO 01/2026 SEEDUC. REFERENTE A CONSTRUÇÃO DA QUADRA POLIESPORTIVA DA ESCOLA MUNICIPAL TEREZA PINHEIRO DE ALMEIDA - JAPUÍBA. SEI-2025-07000870

Líquido por Extenso: *****(QUATROCENTOS E SETENTA E OITO MIL E SEISCENTOS E OITENTA E NOVE REAIS E CINQUENTA E SETE CENTAVOS)*****

Assinaturas: Junior Jose da Conceicao (Assistente de Empenho, Matrícula: 17404), Manoel Henrique Pereira (Diretor do Depto. de Infraestrutura, Matrícula 26669), Paulo Figueiredo de Abreu (Ordenador de Despesa, Decreto 13.910 de 15/01/2025, Secretario de Educação, Juventude e Inovação - Matr.: 27194).



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Angra dos Reis
Secretaria de Educação, Juventude e Inovação
Coordenação De Projetos, Convênios e Contratos

TERMO DE APOSTILAMENTO DE CONTRATO

TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 001/2026

Apostilamento para acréscimo de Dotação Orçamentária ao
Contrato nº 023/2025 Processo SEI-2025-07000870.

CONTRATANTE: Município de Angra dos Reis, neste ato representado pelo Secretário de Educação, Juventude e Inovação, **Sr. PAULO FORTUNATO DE ABREU**, portador da Carteira de Identidade nº 08337677-2 IFP/RJ e inscrito no CPF sob nº 004.128.907-20.

CONTRATADA: DAFMC SOLUÇÕES, COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ 28.917.603/0001-71;

INSTRUMENTO VINCULANTE: Processo de Despesa nº 2025-07000870, Contrato 023/2025;

OBJETO: Acréscimo de Dotação Orçamentária ao **Contrato nº 023/2025**, alusivo à *contratação de empresa especializada na prestação de serviços comuns de engenharia, com o fornecimento de materiais, peças, equipamentos e mão de obra necessária, sob demanda, para execução de serviços gerais de manutenção predial preventiva e corretiva, bem como adequações e reparos em unidades escolares e prédios administrativos, pertencentes e/ou administrados pela SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E INOVAÇÃO DE ANGRA DOS REIS – SEJIN, devidamente descritos, caracterizados e especificados no Termo de Referência (Pregão Eletrônico nº 053/2024 - CIM JEQUITINHONHA)*;

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas referentes ao presente termo correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária, correspondente ao exercício vigente:

Ficha nº 20261361 Dotação Orçamentária: 38.3801.12.364.0214.1724.449051, **Vínculo:** 15713210, **Empenho nº 604**, de 21/05/2026, no valor de **R\$ 1.159.802,00** (hum milhão, cento e cinquenta e nove mil, oitocentos e dois reais).

Ficha nº 20261363 Dotação Orçamentária: 38.3801.12.361.0214.1724.449051, **Vínculo:** 15001001, **Empenho nº 605**, de 21/05/2026, no valor de **R\$ 478.689,57** (quatrocentos e setenta e oito mil, seiscentos e oitenta e nove reais e cinquenta e sete centavos).

FUNDAMENTO: Com base no inciso I, art. 136 da Lei nº 14.133/2021

Angra dos Reis, 15 de junho de 2026.

PAULO FORTUNATO DE ABREU
Secretário de Educação, Juventude e Inovação Presidente do FME



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Fortunato De Abreu, Secretário**, em 15/06/2026, às 13:26, conforme Capítulo III, Art. 7º do Decreto nº 13.367 de 03 de janeiro de 2024.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://angra.sei.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **01309337** e o código CRC **B7AC0E17**.

Referência: Processo nº SEI-2025-07000870

SEI nº 01309337

Praça Marques de Tamandaré, 116, - Bairro Centro, Angra dos Reis/RJ, CEP 23900-070
Telefone:



CONTRATO 023/2025

Termo de Contrato celebrado entre o **MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS**, por meio da Secretaria de Educação, Juventude e Inovação, como **CONTRATANTE**, e a **DAFMC SOLUÇÕES, COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**, como **CONTRATADA**, para prestação de serviços comuns de engenharia, com o fornecimento de materiais, peças, equipamentos e mão de obra necessária, sob demanda, para execução de serviços gerais de manutenção predial preventiva e corretiva, bem como adequações e reparos em unidades escolares e prédios administrativos, pertencentes e/ou administrados pela Secretaria de Educação, Juventude e Inovação de Angra dos Reis – SEJIN.

Aos dias 10 do mês de março do ano de 2025, na Praça Nilo Peçanha, 186, Centro, Angra dos Reis/RJ, o **MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS**, por meio da **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E INOVAÇÃO**, a seguir denominado **CONTRATANTE**, representado pelo Sr. **PAULO FORTUNATO DE ABREU**, portador da Carteira de Identidade nº 08337677-2 IFP/RJ e inscrito no CPF sob nº 004.128.907-20, com competência delegada através do Decreto Municipal nº 11.888 de 25 de janeiro de 2021 e portaria nº 571/2024 de 19 de abril de 2024, e a sociedade **DAFMC SOLUÇÕES, COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**, estabelecida na localizada na Rua Quinze de Novembro, nº 90, sala 801 – Bairro: Centro, na cidade de Niterói/RJ, Telefone: (21) 99550-3564 e e-mail: licitacao@dafmc.com.br, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº : 28.917.603/0001-71, a seguir denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por senhor **PAULO VITOR PINHEIRO ALVES**, portador do CPF Nº 145.169.517-97 e Carteira de Identidade nº 266.077.77- 5, têm justo e acordado o presente Contrato, que é celebrado em decorrência do Termo de Adesão nº 002/2025/SEJIN, Ata de Registro de Preços nº068/2024, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 053/2024 - CIM JEQUINTINHONHA, realizado por meio do processo administrativo nº SEI- 2025-07000870, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições.



CLÁUSULA PRIMEIRA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Este Contrato se rege por toda a legislação aplicável à espécie, que desde já se entende como referida no presente termo, especialmente pelas normas de caráter geral da **Lei Federal nº 14.133/2021**, pela **Lei Complementar Federal nº 123/2006** – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, pela **Lei Complementar Federal nº 101/2000** – Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo Código de Defesa do Consumidor, instituído pela **Lei Federal nº 8.078/1990** e suas alterações, bem como pelos preceitos de Direito Público, pelas regras constantes do Edital e de seus Anexos, pela Proposta da CONTRATADA e pelas disposições deste Contrato. A CONTRATADA declara conhecer todas essas normas e concorda em se sujeitar às suas estipulações, sistema de penalidades e demais regras delas constantes, ainda que não expressamente transcritas neste instrumento, incondicional e irrestritamente.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO

O objeto do presente Contrato é a contratação de Contratação de empresa especializada na prestação de serviços comuns de engenharia, com o fornecimento de materiais, peças, equipamentos e mão de obra necessária, sob demanda, para execução de serviços gerais de manutenção predial preventiva e corretiva, bem como adequações e reparos em unidades escolares e prédios administrativos, pertencentes e/ou administrados pela SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E INOVAÇÃO DE ANGRA DOS REIS – SEJIN, devidamente descritos, caracterizados e especificados no Termo de Referência (Pregão Eletrônico nº 053/2024 - CIM JEQUITINHONHA), na forma abaixo descrita:

Parágrafo Único – O objeto do Contrato será executado com obediência rigorosa, fiel e integral de todas as exigências, normas, itens, elementos, condições gerais e especiais, contidos no processo administrativo nº SEI-2025-07000870, no Termo de Referência, em detalhes e informações fornecidas pelo CONTRATANTE, bem como nas normas técnicas para a execução dos serviços.

CLÁUSULA TERCEIRA – VALOR

O valor total do presente Contrato é de R\$ R\$ 30.509.427,86 (Trinta milhões, quinhentos e nove mil, quatrocentos e vinte e sete reais e oitenta e seis centavos).



CLÁUSULA QUARTA – FORMA E PRAZO DE PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados à CONTRATADA após a regular liquidação da despesa, nos termos do **art. 63 da Lei Federal nº 4.320/1964**, observado o disposto nos **arts. 140 e 141 da Lei Federal nº 14.133/2021**, em 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do documento de cobrança no(a) Departamento de Infraestrutura.

Parágrafo Primeiro – Para fins de **medição**, se for o caso, e faturamento, o período-base de medição do **serviço prestado** será de um mês, considerando-se o mês civil, podendo no primeiro mês e no último, para fins de acerto de contas, o período se constituir em fração do mês, considerado para esse fim o mês com 30 (trinta) dias.

Parágrafo Segundo – O documento de cobrança será apresentado à Fiscalização, para atestação, e, após, protocolado no(a) Departamento de Infraestrutura.

Parágrafo Terceiro – A CONTRATADA deverá apresentar juntamente o documento de cobrança, os comprovantes de recolhimento do **FGTS** e **INSS** de todos os empregados atuantes no contrato, assim como Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – **CNDT** ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito negativo válida, declaração de regularidade trabalhista, declaração [*a ser exigida nos contratos com cooperativa versando o fornecimento de mão-de-obra*] de observância das normas de saúde e segurança do trabalho e documentos exigidos pelas normas de liquidação das despesas aplicáveis.

Parágrafo Quarto – O pagamento à CONTRATADA será realizado em razão do(s) serviços/fornecimento efetivamente executados e aceitos no período-base mencionado no parágrafo primeiro. Os pagamentos referentes às parcelas subcontratadas pela CONTRATADA com as microempresas e empresas de pequeno porte por ela indicadas serão efetuados diretamente às subcontratadas responsáveis pela sua execução.

Parágrafo Quinto – No caso de erro nos documentos de faturamento ou cobrança, estes serão devolvidos à CONTRATADA para retificação ou substituição, passando o prazo de pagamento a fluir, então, a partir da reapresentação válida desses documentos.



Parágrafo Sexto – O valor dos pagamentos eventualmente efetuados com atraso, desde que não decorra de fato ou ato imputável à CONTRATADA, sofrerá a incidência de juros e correção monetária, de acordo com a variação da Taxa Selic aplicável à mora da Administração Pública, *pro rata die* entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do protocolo do documento de cobrança na Secretaria de Educação, Juventude e Inovação e a data do efetivo pagamento, limitados a 12% ao ano.

Parágrafo Sétimo – O pagamento será efetuado à CONTRATADA por meio de crédito em conta corrente aberta em banco a ser indicado pelo CONTRATANTE, a qual deverá ser cadastrada junto à Coordenação do Tesouro Municipal.

CLÁUSULA QUINTA – REAJUSTE

Somente ocorrerá reajustamento do Contrato decorrido o prazo de 12 (doze) meses contados da data do orçamento estimado, observada a Lei Federal nº 10.192, de 14 de fevereiro de 2001.

Parágrafo Primeiro – Os preços serão reajustados de acordo com a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial – IPCA–E do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, calculado por meio da seguinte fórmula:

$$R = Po [(I-Io)/Io]$$

Onde:

R = valor do reajuste;

I = índice IPCA–E mensal relativo ao mês anterior ao de aniversário do Contrato;

Io = índice do IPCA–E mensal relativo ao mês anterior ao da apresentação da Proposta; Po = preço unitário contratual, objeto do reajustamento.

Parágrafo Segundo – Caso o índice previsto neste Contrato seja extinto ou de alguma forma não possa mais ser aplicado, será adotado outro índice que reflita a perda do poder aquisitivo da moeda. Neste caso, a variação do índice deverá ser calculada por meio da fórmula consignada no parágrafo anterior.



Parágrafo Terceiro – A CONTRATADA não terá direito ao reajuste do preço das etapas do serviço que, comprovadamente, sofrerem atraso em consequência da ação ou omissão motivada pela própria CONTRATADA, e também das que forem executadas fora do prazo, sem que tenha sido autorizada a respectiva prorrogação.

Parágrafo Quarto – Observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, o critério de reajustamento será por repactuação, quando houver regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra, mediante demonstração analítica da variação dos custos.

Parágrafo Quinto – A repactuação terá data vinculada à apresentação das propostas, para os custos decorrentes do mercado, e com data vinculada ao acordo, à convenção coletiva ou ao dissídio coletivo ao qual o orçamento esteja vinculado, para os custos decorrentes da mão de obra.

CLÁUSULA SEXTA – REEQUILÍBRIO ECONÔMICO–FINANCEIRO

Caso o CONTRATADO requeira reequilíbrio econômico–financeiro do contrato, fica o CONTRATANTE obrigado a responder em até 60 (sessenta) dias, da data do requerimento ou da data em que forem apresentados todos os documentos necessários à apreciação do pedido.

CLÁUSULA SÉTIMA – FORMA DE EXECUÇÃO

A forma de prestação dos serviços objeto do presente contrato, obedecerá ao Termo de Referência (Pregão Eletrônico nº 053/2024 - CIM JEQUITINHONHA).

CLÁUSULA OITAVA – FISCALIZAÇÃO

A CONTRATADA submeter–se–á a todas as medidas e procedimentos de Fiscalização. Os atos de fiscalização, inclusive inspeções e testes, executados pelo CONTRATANTE e/ou por seus prepostos, não eximem a CONTRATADA de suas obrigações no que se refere ao cumprimento das normas, especificações e projetos, nem de qualquer de suas responsabilidades legais e contratuais.

Parágrafo Primeiro – A Fiscalização da prestação dos serviços caberá a comissão designada por ato do Secretário de Educação, Juventude e Inovação. Incumbe à Fiscalização a prática de todos os atos que lhe são próprios nos termos da legislação em vigor, respeitados o contraditório e a ampla defesa.



Parágrafo Segundo – A CONTRATADA declara, antecipadamente, aceitar todas as decisões, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pelo CONTRATANTE, se obrigando a fornecer os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem considerados necessários ao desempenho de suas atividades.

Parágrafo Terceiro – A CONTRATADA se obriga a permitir que o pessoal da fiscalização do CONTRATANTE acesse quaisquer de suas dependências, possibilitando o exame das instalações e também das anotações relativas aos equipamentos, pessoas e materiais, fornecendo, quando solicitados, todos os dados e elementos referentes à execução do contrato.

Parágrafo Quarto – Compete à CONTRATADA fazer minucioso exame da execução dos serviços, de modo a permitir, a tempo e por escrito, apresentar à Fiscalização, para o devido esclarecimento, todas as divergências ou dúvidas porventura encontradas e que venham a impedir o bom desempenho do Contrato. O silêncio implica total aceitação das condições estabelecidas.

Parágrafo Quinto – A atuação fiscalizadora em nada restringirá a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA no que concerne aos serviços contratados, à sua execução e às consequências e implicações, próximas ou remotas, perante o CONTRATANTE, ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de eventuais irregularidades na execução contratual não implicará corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus prepostos.

CLÁUSULA NONA – GARANTIA

A CONTRATADA prestou garantia na modalidade de Seguro-Garantia, no valor de R\$ 610.188,5572 (seiscentos e dez mil, cento e oitenta e oito reais e cinquenta e seis centavos) equivalente a 2% (dois por cento) do valor total do Contrato.

Parágrafo Primeiro – A Secretaria de Educação, Juventude e Inovação se utilizará da garantia para assegurar as obrigações associadas ao Contrato, podendo recorrer a esta inclusive para



cobrar valores de multas eventualmente aplicadas e ressarcir-se dos prejuízos que lhe forem causados em virtude do descumprimento das referidas obrigações. Para reparar esses prejuízos, poderá a CONTRATANTE ainda reter créditos.

Parágrafo Segundo – Os valores das multas impostas por descumprimento das obrigações assumidas no Contrato serão **descontados da garantia** caso não venham a ser quitados no prazo de **03 (três) dias úteis**, contados da ciência da aplicação da penalidade. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

Parágrafo Terceiro – Em caso de extinção do contrato decorrente de falta imputável à CONTRATADA, a garantia reverterá integralmente ao CONTRATANTE, que promoverá a cobrança de eventual diferença que venha a ser apurada entre o importe da garantia prestada e o débito verificado.

- a) **Caso seja utilizada garantia modalidade de Caução em Dinheiro (art. 96, § 1º, I, 1ª parte, da Lei Federal nº 14.133/2021):**

Parágrafo Quarto – Na hipótese de **descontos da garantia** a qualquer título, seu valor original deverá ser integralmente recomposto no prazo de **7 (sete) dias úteis**, exceto no caso da cobrança de valores de multas aplicadas, em que esse será de **48 (quarenta e oito) horas**, sempre contados da utilização ou da notificação pela Secretaria de Educação, Juventude e Inovação, o que ocorrer por último, sob pena de rescisão administrativa do Contrato.

Parágrafo Quinto – Sempre que houver alteração do valor do Contrato, de acordo com o art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, a garantia será complementada no prazo de **7 (sete) dias úteis** do



recebimento, pela CONTRATADA, do correspondente aviso, sob pena de aplicação das **sanções previstas neste Contrato.**

Parágrafo Sexto – A garantia contratual só será liberada ou restituída com o integral cumprimento do Contrato, mediante ato liberatório da autoridade contratante e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

b) Caso seja utilizada garantia na modalidade de Seguro–Garantia (art. 96, § 1º, II, da Lei Federal nº 14.133/2021)

Parágrafo Quarto – A apólice deverá ter vigência idêntica ao prazo do contrato, acrescido de 5 (**cinco dias**) dias para apuração de eventual inadimplemento da Contratada — ocorrido durante a vigência contratual — e para a comunicação do inadimplemento à seguradora, com cláusula de renovação até a extinção das obrigações da CONTRATADA, vinculada à reavaliação do risco.

Parágrafo Quinto – A apólice deverá conter disposição expressa de obrigatoriedade de a seguradora informar ao CONTRATANTE e à CONTRATADA, em até 30 (trinta) dias antes do prazo final da validade, se a apólice será ou não renovada.

Parágrafo Sexto – No caso de a seguradora não renovar a apólice de seguro–garantia, a Contratada deverá apresentar garantia de valor e condições equivalentes, para aprovação do Contratante, antes do vencimento da apólice, independentemente de notificação, sob pena de caracterizar–se inadimplência e serem aplicadas as penalidades cabíveis.

Parágrafo Sétimo – As apólices emitidas não poderão conter obrigações, restrições ou disposições que contrariem as disposições do presente CONTRATO e deverão conter declaração expressa da companhia seguradora, da qual conste que conhece integralmente este contrato.

Parágrafo Oitavo – A CONTRATADA encaminhará ao Contratante cópia autenticada das apólices de seguro, antes da assinatura do contrato,

Parágrafo Nono – A apólice deverá ser emitida por seguradora autorizada a funcionar no Brasil pela



SUSEP – Superintendência de Seguros Privados, – fato que deverá ser atestado mediante apresentação, junto com a apólice, da Certidão de Regularidade expedida pela SUSEP.

Parágrafo Décimo – Sempre que houver alteração do valor do Contrato, de acordo com o art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, a garantia será complementada no prazo de **7 (sete) dias úteis** do recebimento, pela CONTRATADA, do correspondente aviso, sob pena de aplicação das **sanções previstas neste Contrato**.

Parágrafo Décimo Primeiro – A garantia contratual só será liberada ou restituída com o integral cumprimento do Contrato, mediante ato liberatório da autoridade contratante.

c) Caso seja utilizada a garantia na modalidade Fiança–Bancária (art. 96, § 1º, III, da Lei Federal nº 14.133/2021):

Parágrafo Quarto – A fiança bancária formalizar-se-á através de carta de fiança fornecida por instituição financeira devidamente autorizada a operar no país pelo Banco Central do Brasil.

Parágrafo Quinto – A fiança bancária será apresentada com firma devidamente reconhecida em cartório, exceto no caso de documento emitido por via digital, cuja autenticidade pode ser aferida junto aos certificadores digitais devida e legalmente autorizados.

Parágrafo Sexto – A fiança bancária deverá ter prazo de validade correspondente ao período de vigência deste contrato, acrescido de 05 (cinco) dias para apuração de eventual inadimplemento da CONTRATADA — ocorrido durante a vigência contratual — e para a comunicação do inadimplemento à instituição financeira.

Parágrafo Sétimo – No instrumento de fiança bancária constará renúncia expressa do fiador ao benefício de ordem e aos direitos previstos nos arts. 827 e 838 do Código Civil Brasileiro, bem como sua expressa afirmação que, como devedor solidário, fará o pagamento ao Contratante, independentemente de interpelação judicial, caso o afiançado não cumpra suas obrigações.



Parágrafo Oitavo – Sempre que houver alteração do valor do Contrato, de acordo com o art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, a garantia será complementada no prazo de **7 (sete) dias úteis** do recebimento, pela CONTRATADA, do correspondente aviso, sob pena de aplicação das **sanções previstas neste Contrato**.

Parágrafo Nono – A garantia contratual só será liberada ou restituída com o integral cumprimento do Contrato, mediante ato liberatório da autoridade contratante.

d) Caso seja utilizada garantia modalidade Caução Títulos Públicos (art. 96, § 1º, I, 2ª parte, da Lei Federal nº 14.133/2021):

Parágrafo Quarto – A contratada entregará, até a data da assinatura do contrato, os Títulos da Dívida Pública emitidos na forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia ou órgão que o suceder, no Órgão responsável pela contratação, para aferição de sua legalidade, registro e anexação ao processo de contratação.

Parágrafo Quinto – Sempre que houver alteração do valor do Contrato, de acordo com o art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, a garantia será complementada no prazo de **7 (sete) dias úteis** do recebimento, pela CONTRATADA, do correspondente aviso, sob pena de aplicação das **sanções previstas neste Contrato**.

Parágrafo Sexto – A garantia contratual só será liberada ou restituída com o integral cumprimento do Contrato, mediante ato liberatório da autoridade contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA – PRAZO

A contratação terá eficácia a partir da data da publicação do instrumento correspondente no Portal Nacional de Contratações Públicas e vigorará por 12 (doze) dias/meses contados desta ou da data estabelecida no memorando de início, se houver.



Parágrafo Primeiro – O prazo de execução dos serviços poderá ser prorrogado ou alterado nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

Parágrafo Segundo – No caso de serviços e fornecimentos contínuos, o contrato poderá ser prorrogado na forma dos arts. 107 e 106, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, e das demais normas aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da CONTRATADA:

- 1) – prestar os serviços de acordo com todas as exigências contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;
- 2) – tomar as medidas preventivas necessárias para evitar danos a terceiros, em consequência da execução dos trabalhos;
- 3) – responsabilizar-se integralmente pelo ressarcimento de quaisquer danos e prejuízos, de qualquer natureza, que causar ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes da execução do objeto deste Contrato, respondendo por si, seus empregados, prepostos e sucessores, independentemente das medidas preventivas adotadas;
- 4) – atender às determinações e exigências formuladas pelo CONTRATANTE;
- 5) – reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, por sua conta e responsabilidade, os serviços recusados pelo CONTRATANTE no prazo determinado pela Fiscalização;
- 6) – responsabilizar-se, na forma do Contrato, por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, sociais, tributárias, trabalhistas e previdenciárias, ou quaisquer outras previstas na legislação em vigor, bem como por todos os gastos e encargos com material e mão-de-obra necessária à completa realização dos serviços até o seu término:
 - a) em caso de ajuizamento de ações trabalhistas em face da CONTRATADA, decorrentes da execução do presente Contrato, com a inclusão do Município de Angra dos Reis ou de entidade da Administração Pública indireta como responsável subsidiário ou solidário, o CONTRATANTE poderá reter, das parcelas vincendas, o montante dos valores cobrados, que serão complementados a qualquer tempo com nova retenção em caso de insuficiência;



b) no caso da existência de débitos tributários ou previdenciários, decorrentes da execução do presente Contrato, que possam ensejar responsabilidade subsidiária ou solidária do CONTRATANTE, as parcelas vincendas poderão ser retidas até o montante dos valores cobrados, que serão complementados a qualquer tempo com nova retenção em caso de insuficiência;

c) as retenções previstas nas alíneas “a” e “b” poderão ser realizadas tão logo tenha ciência o Município de Angra dos Reis ou o CONTRATANTE da existência de ação trabalhista ou de débitos tributários e previdenciários e serão destinadas ao pagamento das respectivas obrigações caso o Município de Angra dos Reis ou entidade da Administração Pública indireta sejam compelidos a tanto, administrativa ou judicialmente, não cabendo, em nenhuma hipótese, ressarcimento à CONTRATADA;

d) eventuais retenções previstas nas alíneas “a” e “b” somente serão liberadas pelo CONTRATANTE se houver justa causa devidamente fundamentada.

VII – responsabilizar-se, na forma do Contrato, pela qualidade dos serviços executados e dos materiais empregados, em conformidade com as especificações do Projeto Básico/Termo de Referência, com as normas da **Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT**, e demais normas técnicas pertinentes, a ser atestada pelo(a) Departamento de Infraestrutura, assim como pelo refazimento do serviço e a substituição dos materiais recusados, sem ônus para o(a) CONTRATANTE e sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis;

VIII – manter as condições de habilitação e qualificação exigidas para a celebração do contrato durante todo prazo de execução contratual;

IX – responsabilizar-se inteira e exclusivamente pelo uso regular de marcas, patentes, registros, processos e licenças relativas à execução deste Contrato, eximindo o CONTRATANTE das consequências de qualquer utilização indevida;

X – nas contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, para assegurar o cumprimento de obrigações trabalhistas, aquiescer à adoção, entre outras medidas, a serem adotadas pela Administração **no momento da contratação**:

a) condicionamento o pagamento à comprovação de quitação das obrigações trabalhistas vencidas relativas ao contrato;

b) depósito de valores em conta vinculada;

c) em caso de inadimplemento, o pagamento das verbas trabalhistas aos seus titulares, que serão deduzidas do pagamento devido ao contratado;



d) estabelecimento de que os valores destinados a férias, a décimo terceiro salário, a ausências legais e a verbas rescisórias dos empregados do contratado que participarem da execução dos serviços contratados serão pagos pelo contratante ao contratado somente na ocorrência do fato gerador.

XI – nas contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, apresentar quando, solicitado pela Administração, sob pena de multa, comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em relação aos empregados diretamente envolvidos na execução do contrato, em especial quanto ao:

a) registro de ponto;

b) recibo de pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário;

c) comprovante de depósito do FGTS;

d) recibo de concessão e pagamento de férias e do respectivo adicional;

e) recibo de quitação de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato;

f) recibo de pagamento de vale-transporte e vale-alimentação, na forma prevista em norma coletiva.

XII – nas contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, autorizar a Administração CONTRATANTE a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando estes não forem adimplidos;

XIII – cumprir durante toda a execução do contrato as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

XIV – manter hígidas as garantias contratuais até o recebimento definitivo do objeto do contrato;

XV – se comprometer a não subcontratar pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.



XVI – informar endereço(s) eletrônico(s) para comunicação e recebimento de notificações e intimações, inclusive para fim de eventual citação judicial;

XVII – comprovar o cadastramento de seu endereço eletrônico perante os órgãos do Poder Judiciário, mantendo seus dados atualizados para fins de eventual recebimento de citações e intimações;

XVIII – comprovar a implantação de programa de integridade nas contratações de obras, serviços e fornecimentos de grande vulto, de que trata o § 4º do art. 25 da Lei Federal nº 14.133/2021;

XIX – efetuar a retenção na fonte do imposto de renda sobre os pagamentos feitos às pessoas físicas e jurídicas, com base na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras, observando a alíquota aplicável.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

São obrigações do CONTRATANTE:

I – Realizar os pagamentos na forma e condições previstas neste Contrato;

II – Realizar a fiscalização do objeto contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – RECEBIMENTO DO OBJETO DO CONTRATO.

O recebimento do objeto do contrato previsto na CLÁUSULA SEGUNDA se dará mediante a avaliação de servidores designados pelo *Secretário de Educação, Juventude e Inovação*, que constatarão se o objeto entregue atende a todas as especificações contidas no Termo de Referência (Pregão Eletrônico nº 053/2024 - CIM JEQUITINHONHA).

Parágrafo Primeiro – O objeto do presente contrato será recebido em tantas parcelas quantas forem as relativas ao pagamento.

Parágrafo Segundo – Os serviços prestados em desacordo com a especificação do Edital e seus Anexos, e da Proposta deverão ser recusados pela Comissão responsável pela fiscalização do contrato, que anotará em registro próprio as ocorrências e determinará o que for necessário à regularização das



faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 5 (cinco) dias, para ratificação.

Parágrafo Terceiro – Na hipótese de recusa de aceitação, a CONTRATADA deverá reexecutar os serviços não aceitos, em prazo a ser estabelecido pela CONTRATANTE, passando a contar os prazos para pagamento e demais compromissos do CONTRATANTE da data da efetiva aceitação. Caso a CONTRATADA não reexecute os serviços não aceitos no prazo assinado, a CONTRATANTE se reserva o direito de providenciar a sua execução às expensas da CONTRATADA, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – FORÇA MAIOR E CASO FORTUITO

Os motivos de força maior ou caso fortuito que possam impedir a CONTRATADA de cumprir as etapas e o prazo do Contrato deverão ser alegados oportunamente, mediante requerimento protocolado. Não serão consideradas quaisquer alegações baseadas em ocorrências não comunicadas e nem aceitas pela Fiscalização nas épocas oportunas. Os motivos de força maior e caso fortuito poderão autorizar a suspensão da execução do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO

É facultado ao CONTRATANTE suspender a execução do Contrato e a contagem dos prazos mediante justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Pelo descumprimento total ou parcial do Contrato, o(a) Secretário de Educação, Juventude e Inovação poderá, sem prejuízo responsabilidade civil e criminal que couber, aplicar as seguintes sanções, previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021:

- (a) Advertência;
- (b) Multa;
- (c) Impedimento de licitar e contratar, pelo prazo de até 3 (três) anos;



(d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Parágrafo Primeiro – A aplicação da sanção prevista na alínea “b” observará os seguintes parâmetros:

- 1) 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia útil sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia útil e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- 2) 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem anterior ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
- 3) 0,5% (meio por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato ou do saldo não atendido do Contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
- 4) 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do Contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e
- 5) 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do Contrato por dia útil de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias úteis autorizará o CONTRATANTE a promover a rescisão do Contrato.
- 6) As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
- 7) Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

TABELA 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato



TABELA 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
Para os itens a seguir, deixar de:		
5	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
6	Substituir empregado alocado que não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir quaisquer dos itens do Contrato e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
8	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no Contrato;	01

Parágrafo Segundo – As sanções somente serão aplicadas após o decurso do prazo para apresentação de defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, observadas as demais formalidades legais.

Parágrafo Terceiro – As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do caput desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente aquela prevista nas alíneas “b”, e não excluem a possibilidade de rescisão unilateral do Contrato.



Parágrafo Quarto – As multas deverão ser recolhidas no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da ciência da aplicação da penalidade ou da publicação no Boletim Oficial do Município de Angra dos Reis do ato que as impuser.

Parágrafo Quinto – As multas aplicadas poderão ser compensadas com valores devidos à CONTRATADA mediante requerimento expresso nesse sentido.

Parágrafo Sexto – Se, no prazo previsto nesta Cláusula, não for feita a prova do recolhimento da multa, promover-se-ão as medidas necessárias ao seu desconto da garantia prestada, mediante despacho regular da autoridade contratante.

Parágrafo Sétimo – Se a multa aplicada for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

Parágrafo Oitavo – Nos casos em que o valor da multa venha a ser descontado da garantia, o valor desta deverá ser recomposto em **48 (quarenta e oito) horas**, sob pena de rescisão administrativa do Contrato.

Parágrafo Nono – Ressalvada a hipótese de existir requerimento de compensação devidamente formalizado, o CONTRATANTE suspenderá, observado o contraditório e ampla defesa, os pagamentos devidos à CONTRATADA até a comprovação do recolhimento da multa ou da prova de sua relevação por ato da Administração, bem como até a recomposição do valor original da garantia, que tenha sido descontado em virtude de multa imposta, salvo decisão fundamentada da autoridade competente que autorize o prosseguimento do processo de pagamento.

Parágrafo Décimo – Se a CONTRATANTE verificar que o valor da garantia e/ou o valor dos pagamentos ainda devidos são suficientes à satisfação do valor da multa, o processo de pagamento retomará o seu curso.

Parágrafo Décimo Primeiro – As multas eventualmente aplicadas com base **na alínea “b” do caput desta Cláusula** não possuem caráter compensatório, e, assim, o pagamento delas não eximirá a CONTRATADA de responsabilidade pelas perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.



Parágrafo Décimo Segundo – A aplicação das sanções estabelecidas nas alíneas “a”, “b” e “c” do caput desta Cláusula é da competência do(a) Departamento de Infraestrutura e a da alínea “d” é da competência exclusiva do titular do órgão ou autoridade máxima da entidade CONTRATANTE Secretário de Educação, Juventude e Inovação.

Parágrafo Décimo Terceiro – A aplicação das sanções previstas nesta cláusula não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

Parágrafo Décimo Quarto – A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – RECURSOS

A CONTRATADA poderá apresentar:

- (a) **Recurso** a ser interposto perante a autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, no prazo de **15 (quinze) dias úteis** contados da intimação da aplicação das penalidades estabelecidas nas alíneas “a”, “b”, “c” e “d” do caput da Cláusula anterior;
- (b) **Recurso** a ser interposto perante a autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, no prazo de **3 (três) dias úteis** contados da intimação da extinção do contrato quando promovido por ato unilateral e escrito da Administração;
- (c) **Pedido de Reconsideração** no prazo de **15 (quinze) dias úteis** contados da ciência da aplicação da penalidade estabelecida na alínea “e” do caput da Cláusula anterior;



Parágrafo único – Os recursos a que aludem as **alíneas “a” e “b”** do caput da presente Cláusula serão dirigidos à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar a decisão recorrida, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior para decisão.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – EXTINÇÃO

O CONTRATANTE poderá extinguir administrativamente o Contrato, por ato unilateral, na ocorrência das hipóteses previstas no art. 137, incisos I a IX, da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante decisão fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e observado o art. 138, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Parágrafo Primeiro – A extinção operará seus efeitos a partir da publicação do ato administrativo no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

Parágrafo Segundo – Extinto o Contrato, a CONTRATANTE assumirá imediatamente o seu objeto no local e no estado em que a sua execução se encontrar.

Parágrafo Terceiro – Na hipótese de extinção por culpa da contratada, a CONTRATADA, além das demais sanções cabíveis, ficará sujeita à **multa** de até 20% (vinte por cento) calculada sobre o saldo reajustado do Contrato, ou, ainda, sobre o valor do Contrato, conforme o caso, na forma da Cláusula Terceira e da Cláusula Décima Sexta, caput, alínea “c”, deste Contrato.

Parágrafo Quarto – A **multa** referida no parágrafo anterior não tem caráter compensatório e será descontada do valor da garantia. Se a garantia for insuficiente, o débito remanescente, inclusive o decorrente de penalidades anteriormente aplicadas, poderá ser compensado com eventuais créditos devidos pelo CONTRATANTE.



Parágrafo Quinto – Nos casos de extinção com culpa exclusiva da CONTRATANTE, deverão ser promovidos:

- (a) a devolução da garantia;
- (b) os pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da extinção;
- (c) o pagamento do custo de desmobilização, caso haja;
- (d) o ressarcimento dos prejuízos comprovadamente sofridos.

Parágrafo Sexto – Na hipótese de extinção do Contrato por culpa da CONTRATADA, esta somente terá direito ao valor das faturas relativas às parcelas do objeto efetivamente adimplidas até a data da rescisão do Contrato, após a compensação prevista no parágrafo quarto desta Cláusula.

Parágrafo Sétimo – No caso de extinção amigável, esta será reduzida a termo, tendo a CONTRATADA direito aos pagamentos devidos pela execução do Contrato, conforme atestado em laudo da comissão especial designada para esse fim e à devolução da garantia.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – SUBCONTRATAÇÃO

A CONTRATADA não poderá subcontratar, nem ceder sem a prévia e expressa anuência do CONTRATANTE e sempre mediante instrumento próprio, a ser publicado na imprensa oficial.

Parágrafo Único – A SUBCONTRATADA será solidariamente responsável com a CONTRATADA por todas as obrigações legais e contratuais decorrentes do objeto do Contrato, nos limites da subcontratação, inclusive as de natureza trabalhista e previdenciária.

Parágrafo Primeiro – A CONTRATADA se compromete a substituir as microempresas ou empresas de pequeno porte subcontratadas, na hipótese de extinção da subcontratação, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, mantendo o percentual obrigatório originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando a Secretaria de Educação, Juventude e Inovação do ocorrido, sob pena de rescisão e sem prejuízo das sanções cabíveis.



Parágrafo Segundo – A substituição da microempresa ou empresa de pequeno porte subcontratada dependerá de prévia e expressa anuência do Secretaria de Educação, Juventude e Inovação e se dará mediante instrumento próprio, a ser publicado na imprensa oficial.

Parágrafo Terceiro – Demonstrada a inviabilidade da substituição das microempresas ou empresas de pequeno porte subcontratadas, a CONTRATADA ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada.

Parágrafo Quarto – A CONTRATADA será responsável pela padronização, compatibilidade, gerenciamento centralizado e qualidade da subcontratação, ficando solidariamente responsável com a SUBCONTRATADA por todas as obrigações legais e contratuais, inclusive as de natureza trabalhista e previdenciária.

CLÁUSULA VISÉGIMA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas referentes ao presente termo correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária, correspondente ao exercício vigente:

Ficha nº 20251635 Dotação Orçamentária: 38.3801.12.361.0214.2550, Vínculo: 15001001, Empenho nº 345, de 07/03/2025, no valor de R\$ 19.539.141,99 (dezenove milhões, quinhentos e trinta e nove mil cento e quarenta e um reais e noventa e nove centavos).

Ficha nº 20251636 Dotação Orçamentária: 38.3801.12.365.0214.2550, Vínculo: 15001001, Empenho nº 346, de 07/03/2025, no valor de R\$ 10.521.076,46 (dez milhões, quinhentos e vinte e um mil, setenta e seis reais e quarenta e seis centavos).

Ficha nº 20251635 Dotação Orçamentária: 38.3801.12.361.0214.2550, Vínculo: 15001001, Empenho nº 347, de 07/03/2025, no valor de R\$ 291.986,12 (duzentos e noventa e um mil, novecentos e oitenta e seis reais e doze centavos).

Ficha nº 20251636 Dotação Orçamentária: 38.3801.12.365.0214.2550, Vínculo: 15001001, Empenho nº 348, de 07/03/2025, no valor de R\$ 157.223,29 (cento e cinquenta e sete mil, duzentos e vinte e três reais e vinte e nove centavos).



CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – FORO

Fica eleito o Foro da Comarca do Município de Angra dos Reis para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – PUBLICAÇÃO

O CONTRATANTE promoverá a publicação do extrato deste instrumento no Boletim Oficial do Município de Angra dos Reis e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos termos do art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021, às expensas da CONTRATADA.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

O CONTRATANTE providenciará a remessa de cópias autênticas do presente instrumento ao Tribunal de Contas do Município na forma da legislação aplicável.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DISPOSIÇÕES FINAIS

a) A CONTRATADA se obriga a manter, durante todo o período de execução do Contrato, as condições de habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira, regularidade fiscal e regularidade trabalhista exigidas no Edital por meio do qual foi licitada a aquisição objeto do presente instrumento e o teor da sua proposta de preço, sob pena de rescisão do Contrato;

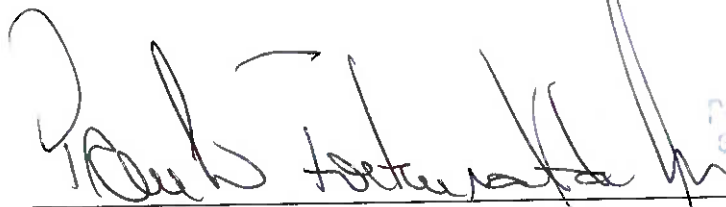
b) Fazem parte do presente contrato as prerrogativas constantes do art. 104 da Lei Federal nº 14.133/2021.



c) Na contagem dos prazos, é excluído o dia de início e incluído o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, salvo disposição em contrário. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias de expediente no CONTRATANTE.

E por estarem justos e acordados, assinam o presente em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, que também o assinam.

Angra dos Reis, 12 de março de 2025.



Paulo Fortunato de Abreu
Secretaria de Educação, Juventude e Inovação
Mat. 27.186

Paulo Fortunato de Abreu
Matrícula - 27.186
Secretaria de Educação, Juventude e Inovação.

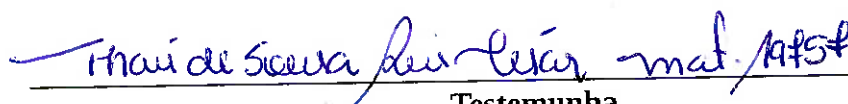
PAULO VITOR
PINHEIRO
ALVES:14516951797

Assinado de forma digital
por PAULO VITOR PINHEIRO
ALVES:14516951797
Dados: 2025.03.12 13:48:20
-03'00'

PAULO VITOR PINHEIRO ALVES
Dafmc Soluções, Comércio E Serviços Ltda


Testemunha
(Nome, cargo, matrícula e lotação)

Camila de Lima Teixeira Maia
Departamento de
Administrativa
Mat.: 17665


Testemunha
(Nome, cargo, matrícula e lotação)